O CONTENCIOSO HISTÓRICO FRANCO-AFRICANO

Os casos dos Camarões, RCA, Togo, Gabão e Chade

Daniel Yagnye Tom

O CONTENCIOSO HISTÓRICO FRANCO-AFRICANO

Os casos dos Camarões, RCA, Togo, Gabão e Chade

Daniel Yagnye Tom

O CONTENCIOSO HISTÓRICO FRANCO-AFRICANO

Os casos dos Camarões, RCA, Togo, Gabão e Chade

Prefácios

Professor Boubacar Namory Keita
Doutor em História e Antropologia Africanas
Professor Titular e Chefe do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

Professor Miguel Domingos Bembe
Doutor em Ciência Política
Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

DT
573.5
F8Y34
2015

DEDICATÓRIA

Esta obra é dedicada à *Dinâmica Sankofa*

AGRADECIMENTO

Ao senhor Enoh Meyomesse
pela sua ajuda fraternal

ÍNDICE

PREFÁCIOS

O final do século XIX e início do XX ficaram marcados por uma viragem radical nas relações entre África e Europa. Após a Conferência de Berlim (1884-1885) a primeira vai soçobrar num dos episódios mais negros da sua História: a interrupção de uma dinâmica endógena, perturbação profunda das estruturas socioeconómicas e políticas das sociedades, imposição de um *modus vivendi* e *modus faciendi* exógenos, etc. — todo um cenário que irá impor-se aos povos do continente por longa duração, comprometendo seriamente as perspectivas sonhadas e esperadas.

A **colonização,** pois é dela que se trata, as **lutas pelas independências,** as **«soberanias» reencontradas,** os **desafios pós-independências** de desenvolvimento, as actuais **relações entre uma Europa** (ontem colonialista) e uma **periferia** — palco de novas entidades políticas —, constituíram muito cedo, e continuam a ser, temas cruciais e estruturantes debatidos por historiadores, especialistas das Ciências Políticas e das Relações Internacionais, e por juristas. A razão disto é deveras simples: o estádio actual dos Estados novos deixa a desejar e as Nações a construir estão comprometidas. Ou seja, todo um continente se encontra numa espécie de mal-estar devido, precisamente, ao seu passado de colonizado. Sim, a colonização passou por aqui — relativamente (em termos históricos) efémera (menos de 50 anos, em média) mas suficientemente marcada para ter este impacto. «A colonização — gostamos de enfatizar — foi um fenómeno e um acto violento de negação e perturbação dos fundamentos identitários de sociedades.» O Tribunal Penal Internacional (TPI) poderia, por isto, requerer um acto de «crime contra a humanidade», porque violou intencionalmente, em conhecimento de causa, alguns dos preceitos essenciais da vida humana. De facto, os «fundamentos identitários» de um povo (no

caso da colonização francesa, britânica e belga foram povos) dizem respeito a um conjunto de património sem o qual não existe entidade/comunidade populacional viável: passado histórico, património cultural, religioso e psicológico, saber e saber-fazer acumulado ao longo de milénios, em suma, o referencial estruturante. A negação e a perturbação disto equivale, praticamente, a um genocídio; pelo menos debilita e avilta os povos.

Após vários anos de luta pelo desenvolvimento ou pelo seu enquadramento no mundo, a África questiona (sempre!) porquê? Para **Daniel Yagnye Tom**, um dos elementos de resposta poderá estar neste questionamento simples, interessante, curioso e, afinal, muito profundo, relativo ao ***Contencioso Histórico*** na colonização — ainda representada de maneira muito activa pelas ex-potências colonizadoras como a França e as ex-colónias, como os Camarões de Paul Biya. Qualquer historiador, estudioso de Ciências Políticas ou de Relações Internacionais, ou ainda de Direito Internacional, entende perfeitamente em que consiste este «contencioso», em que se baseia e por que razão não está, até hoje, saldado. Daniel Yagnye Tom faz uma descrição magistral desta relação dolorosa particular entre a França e os Camarões. E fá-lo sob todos os pontos de vista: histórico, jurídico, psicológico. A sua radiografia do combate dos povos de África em geral, desde 1944, com a primeira grande desilusão provocada pelo silêncio francês na Conferência Franco-Africana de Brazzaville, até à década de 1970 (!), é preciosa. Tal como o são os nacionalistas camaroneses potencializados sobremaneira pela União das Populações dos Camarões (UPC) — um Movimento anticolonialista dos mais sérios, engajados na África do século XX em luta contra a opressão. É emocionante recordar figuras como Ruben Um Nyobe, Félix Moumié, Ernest Ouandié, Osendé Afana, porquanto marcaram os espíritos de uma África invadida, humilhada e à espera de uma «contra-ofensiva» endógena consequente...

Sim, o combate africano contra a ocupação colonial europeia começa com os protestos face, por exemplo, à atitude repressiva de uma França que se queria nova depois da ocupação humilhante do seu solo pela Alemanha hitleriana. De facto, não foi compreensível a arrogância do novo líder, general Charles De Gaulle, jovem nacionalista, e dos seus companheiros que se dirigiram a África (Brazzaville) com o objectivo de fazer renascer a França patriótica, após a divisão do seu território pelas autoridades alemãs. O problema é que vieram falar da imperiosa necessidade de combater a ocupação imperialista da Alemanha num território também agredido e espoliado por eles, e que gostaria de ser consultado, ouvido e ver respeitado o seu direito à liberdade. Houve um silêncio grandiloquente dos organizadores do Conclave francês de Brazzaville, o que demonstrava que França e África tinham noções diametralmente opostas no concernente ao direito de dispor de si próprias. A partir da Brazzaville de 1944, começa o desentendimento entre os dois pólos, o qual continua até hoje.

O ano de 1946 surgiu para dar um outro fôlego ao nacionalismo africano, com a criação do Reagrupamento Democrático Africano (RDA), em Outubro, em Bamako (Sudão Francês). De facto, a frente anticolonial prometia novos desenvolvimentos salutares. A UPC constituía um dos elementos desta nova dinâmica. Nos anos que se seguiram, a França da grande Revolução e dos Direitos Universais respondeu com uma repressão de envergadura — político-jurídica (lei-quadro ou Defferre/Boigny de 1954 e o referendo de 1958), sociocultural (o regime do indigenato), económica (trabalho forçado, impostos de capitação, etc.), militar (aumento e reforço da capacidade das tropas coloniais, com novos meios e Unidades de Serviços Secretos) — que se prolongou até ao início da década de 1970(!). Terá sido neste período que África ficou chocada, ao viver a feroz repressão levada a cabo pelas tropas de ocupação francesas, que culminou com o assassinato bárbaro do carismático líder da UPC, Um Nyobe, em 1958. A UPC

— recorde-se mais uma vez — carregava uma nova esperança, à semelhança da Frente de Libertação da Argélia, no Norte do continente. Foi precisamente por isso que a França de Charles De Gaulle prosseguiu com a sua estratégia de eliminação física dos nacionalistas por todo o continente: Félix Moumié (que tinha substituído Um Nyobe), envenenado em 1960; Osendé Afana, assassinado em 1966; a que se acrescenta o fuzilamento público de Ernest Ouandié, em 1971. Mas o mais chocante em tudo isto foi o silêncio da Comunidade Internacional na África pós-independência, assim como da própria Organização da Unidade Africana (OUA). Sim, o autor Daniel Yagnye Tom tem razão quando chama toda a intelectualidade contemporânea africana à responsabilidade, mais ainda os líderes políticos do continente.

A «FrançÁfrica» continua a incomodar, imiscuindo-se em permanência — como que naturalmente — nos assuntos internos dos estados da África dita francófona. É uma ideologia, uma prática política e económica, uma diplomacia, enfim, uma «atitude» neocolonialista própria da França. Pensada e iniciada por Charles De Gaulle, a FrançÁfrica é a expressão viva do *Contencioso Histórico* entre África e França. Ele continua de pé, no coração das relações franco-africanas até hoje, porque todos os sucessivos governos franceses, desde De Gaulle (quer de esquerda, quer de direita), reclamam um certo «gaullismo». É uma espécie de «estar-francês» no mundo e, em especial, em África. Por tudo isso, o *plaidoyer* de Daniel Yagnye Tom revela-se pertinente e actual. O nacionalismo contemporâneo francês não pode ser compreendido sem o pensamento político de Charles De Gaulle. Logo, torna-se muito importante e inadiável estudar e difundir o *Contencioso Histórico,* a fim de participar na consolidação da consciência histórica em África, único referencial para o advento da plenitude cultural (Cheikh Anta Diop) da África Negra.

O texto que tenho o grande e sincero prazer de «apresentar» é uma pequena obra, pelo número de páginas, mas extremamente densa e

rica em conteúdo, pois aborda, toca e sensibiliza para um complexo leque de temas e debates, que sempre estiveram, e ainda estão, em destaque na Historiografia africana. Com a sua iniciativa e consequente abordagem, Daniel Yagnye Tom contribuiu certamente para o advento de uma nova Era entre (ex)colonizadores e (ex)colonizados. «Como se pode promover a paz mundial e a compreensão entre os povos, prevenir os riscos de possíveis conflitos ou a repetição da História, sem esclarecer os diferendos, denunciar os preconceitos e as anomalias nascidas de uma história trágica, cujas repercussões são constatáveis, não apenas em instituições contemporâneas, mas até mesmo nos comportamentos e nas atitudes dos mais altos responsáveis políticos?». Concordo com este questionamento angustiante e a solução preconizada.

LUANDA, OUTUBRO DE 2015

PROFESSOR BOUBACAR NAMORY KEITA
Doutor em História e Antropologia Africanas
Chefe do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

UM VALIOSO CONTRIBUTO PARA O DEBATE SOBRE AS RESPONSABILIDADES HISTÓRICAS

É com o maior gosto que, a convite do Dr. Arlindo Isabel, director da Mayamba Editora, a quem aproveito para expressar a minha mais sincera gratidão, prefacio o ousado livro do insigne médico e político camaronês Daniel Yagnye Tom. Assumo esta pesada mas nobre missão com sentido académico, na tentativa de perceber os contornos reflexivos desta obra cujo alcance remete-nos para a busca de causas primeiras ou causas últimas, como nos ensinaram os clássicos do Mileto.

Por que razão o reconhecimento dos crimes graves cometidos contra a África, crimes que continuam a comprometer de modo duradouro o seu futuro, devem ficar como simples declarações sem serem seguidos de outras consequências concretas, como foi o caso do Holocausto dos judeus, por exemplo? Esta questão que conduz a reflexão de Daniel Yagnye Tom, neste seu corajoso livro *O Contencioso Histórico Franco-Africano*, associa-se a dois anteriores publicados em 2004 e 2009[1], em França, pela Editora L'Harmattan. A comparação será porventura excessiva. Mas o objectivo, suponho, é o de nos fazer pensar nas responsabilidades históricas e, nesse sentido, vale a pena ser esmiuçado.

Como reconhece Sousa Lara (2002), o colonialismo[2], sobretudo o

---

[1] Daniel Yagnye Tom é também autor de *L'UPC Face au Marasme Camerounais: l'Esprit d'Avril à la Rescousse!* Colecção Religions en Questions (2004) e *Afrique 1/2 Siècle d'Indépendances Piégées: Cas du Cameroun et de la République Démocratique du Congo*, Colecção Points de Vue Concrets (2009), da Editora L'Harmattan.

[2] No seu livro que continua a fazer carreira, o professor Adriano Moreira considera

de origem europeia das duas ondas principais, renascentista e novecentista, deixou marcas definitivas no progresso histórico dos povos nele envolvidos[3]. De facto, «se a história colonial, particularmente do século XIX, foi a história da apropriação do mundo pelas potências europeias e pelos Estados Unidos da América (EUA), a história do século XX testemunhou uma revolução mundial dos povos para a reconquista do controlo da sua própria história e espaço»[4].

Os estudos pós-coloniais são em si mesmos o produto dialéctico destes complexos movimentos anticoloniais, fortemente marcados por um nacionalismo que conjuga a marca diaspórica dos seus líderes de formação cosmopolita e as tradições indígenas e pelo objectivo da libertação política que conduziu ao movimento reestruturante do mundo contemporâneo que foi a descolonização. Mas a libertação política não trouxe a libertação económica, condicionando a efectiva libertação política. Desde logo, elucida Calafate Ribeiro (2004), instalaram-se sistemas de neocolonialismo[5], considerados pelo líder ganês,

---

que a colonização traduz-se sempre na imposição de um poder superior alienígena sobre um povo e seu território, com um sistema cultural diferente, em regra de etnia diferente, e um projecto político também diferente. A relação que se estabelece, além do domínio político pelo colonizador, implica que este leve eventualmente o capital e a técnica e exija a terra e o trabalho dos nativos. Este processo de expansão, que esteve sempre presente na história dos povos, é normalmente determinado pelo exclusivo interesse do colonizador que procura novos espaços, novas matérias-primas, novos mercados ou apoios estratégicos. Cf. Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 1996, p. 438 (*apud*, Santos, 2015).

[3] António de Sousa Lara, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 53-54.

[4] Margarida Calafate Ribeiro, «Seminário de Pós-colonialismos no Espaço de Língua Oficial Portuguesa». Programa de Mestrado e Doutoramento em Pós-Colonialismo e Cidadania Global, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal, Ano Lectivo 2004-2005. Disponível em: www.ces.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismoseminario/poscolonialismoseminario1.pdf (consultado em 2/11/2015).

[5] O professor António de Sousa Lara considera o «neocolonialismo» como um regime de natureza informal que continua a supremacia de facto de um determinado

Kwame Nkrumah (1965)[6], como a pior forma de imperialismo[7]: para aqueles que o praticam significa poder sem responsabilidade e para aqueles que dele são vítimas significa exploração sem reparação[8].

Importa, pois, esta dimensão contemporânea, sob pena de o «contencioso histórico» se ver baseado numa estranha responsabilização colectiva não compreensível: ninguém é responsável pelos actos dos outros, ainda que estes tenham sido seus antepassados. Pior, abrir-se-ia um precedente curioso: seriam os norte-americanos os responsáveis pela colonização dos EUA e não os britânicos, visto que estes ficaram na Grã-Bretanha? Seriam os australianos e não os britânicos os responsáveis pela colonização da Austrália, pelas mesmas razões? E, por aí adiante, sempre no quadro maior de uma «responsabilidade colectiva» para a qual se não vislumbra solução. Excepto se o relacio-

---

país sobre outro que já acedeu, juridicamente, à sua independência. Muito embora o neocolonialismo seja frequentemente utilizado por uma antiga metrópole sobre as suas antigas colónias, não é imperioso esse figurino. Pode acontecer, e acontece muitas vezes, que essa antiga potência seja substituída na relação neocolonial por outra potência sem qualquer tradição de dominação histórica relativamente ao Estado mais fraco (Lara, 2002: 89).

[6] Kwame Nkrumah, *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. London: Heinemann, 1965, p. XI. (*apud*, Ribeiro, 2004).

[7] A expressão «neocolonialismo» é muitas vezes utilizada como sinónimo de «imperialismo». De facto, trata-se, em ambos os casos, de fenómeno da mesma natureza. Todavia, o imperialismo pressupõe, num entendimento genérico, uma atitude mais ampla, de domínio factual e multifacetado sobre uma pluralidade de Estados mais fracos. Assim, é indiscutível que nos nossos tempos tenham existido o imperialismo soviético, o imperialismo chinês, o imperialismo norte-americano, qualquer deles utilizando fórmulas que coincidem com as usadas no neocolonialismo (Lara, Op. Cit., Idem).

[8] Fica, então, evidente que o colonialismo e o imperialismo não se desvaneceram com a quebra dos laços políticos entre colonizados e colonizadores. As novas nações continuam presas na rede da dependência económica e financeira que constitui o núcleo central quer do colonialismo como do imperialismo e que dificulta seriamente o seu desenvolvimento, não se antevendo uma saída para esta ordem internacional no médio prazo. Cf. Silvestre dos Santos, «Colonialismo e Imperialismo». Lisboa: Revista Militar n.º 2559 — Abril de 2015, pp. 271-291. Disponível em: www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=1015 (consultado em 2/11/2015).

namento continuar, como tantas vezes é o caso, no presente.

Talvez seja útil entender a especial relação de dominação que existe entre a Bélgica e o Congo-Kinshasa[9] ou, sobretudo, entre a França e algumas das suas ex-colónias, como a Costa do Marfim, o Benim, o Burkina Faso, os Camarões, o Congo, o Chade, o Gabão, o Mali, o Níger, a República Centro-Africana, o Senegal ou o Togo, com várias intervenções militares e económicas abertas, de certa forma violadoras da soberania dos respectivos Estados e que põem em risco o seu futuro. Trata-se, *lato senso*, de tentar compreender as causas remotas das intervenções periódicas do Ocidente em África, sobretudo francófona e anglo-saxónica (Zimbabwe), assim como os princípios do funcionamento da Zona do Franco (CFA), os acordos de cooperação monetária, a composição dos Conselhos de Administração dos Bancos Centrais Africanos...

Daniel Yagnye Tom convida-nos a reflectir sobre esta problemática, ao mesmo tempo que centra o seu estudo naquilo que apelida como «Contencioso Histórico», procurando, no caso dos Camarões, recordar e responsabilizar as antigas potências colonizadoras, a França e a Grã-Bretanha, bem como denunciar pública e fortemente a constante complacência dos próprios camaroneses.

Mais do que simples repositório da História, o Contencioso Histórico esforça-se por mostrar que «os crimes dessas potências coloniais estendem-se pelo período colonial mas também após a 'independência'. Antes da independência aqueles devem ser assumidos pelo único poder colonial que exerceu o seu império com um punho de ferro nos territórios considerados. Depois da independência, esses crimes também lhes são atribuídos, porque foram perpetrados através da sua prevaricação, conivência e presença activa, ao lado de alguns líderes africanos que são apenas criações suas. Mas também são imputáveis aos próprios líderes africanos, colaboradores com pleno co-

[9] Ex-Zaire, actual República Democrática do Congo (RDC).

nhecimento da ordem neocolonial que estava a ser estabelecida». Há que nunca o esquecer, como o Autor sublinha aqui e ali no seu livro.

Deste modo, acresce o Autor, «é tempo de os políticos dos Camarões e de outros lugares da África pararem de atropelar a memória dos heróis que morreram pela independência, das populações que foram massacradas quando reivindicavam os seus direitos mais naturais, e começarem a exigir o reconhecimento público pela França dos seus crimes, acompanhado por uma reparação substancial». Esta perspectiva, argumenta ainda o Autor, não tem nada de ilusório, uma vez que, embora timidamente, diversos governantes franceses, com destaque para Jacques Chirac (2001)[10] e François Hollande (2015)[11], não excluem essa eventualidade. Não haverá aqui alguma generalização por detrás de argumentos válidos? As posições de Chirac e Hollande não esvaziam de conteúdo uma crítica legítima que assim se perde?

Como o próprio Daniel Yagnye Tom sublinha, e bem, o problema tem duas faces, e uma delas é doméstica. Perante o «desdém e condescendência» da França «em relação aos seus crimes nos Camarões e noutras regiões da África Negra», o Autor nota que os políticos e intelectuais africanos da África francófona em geral, e camaroneses em particular, parecem fazer pior do que a França, porque «têm medo da nossa história, manifestando uma grande reticência em tratá-la, ao mesmo tempo que apresentam uma falta de interesse para com os ideais pelos quais muitos patriotas africanos morreram».

Daniel Yagnye Tom alerta para importância de preservar e perenizar a memória histórica dos nossos *Bakulu* ou antepassados que lutaram pela afirmação da identidade nacional. Torna-se, por isso, fundamental conservar a memória colectiva africana e nacional, sen-

---

[10] Cf. Comentários do então Presidente francês Jacques Chirac durante a Cimeira França-África realizada em Janeiro de 2001, nos Camarões. Jornal *Le Monde*, 13 de Fevereiro de 2007, citados pelo Autor.

[11] Cf. Declarações do Presidente francês François Hollande, durante a sua visita aos Camarões no dia 3 de Julho de 2015, citadas pelo Autor.

do certo que, como afirma Conceição Neto (2015), «a perda dos testemunhos de protagonistas dos acontecimentos que não registamos, o desaparecimento de tradições orais que não recolhemos, o descuido com documentos que não arquivamos, são irreparáveis»[12]. Tal como deixei escrito (2013 e 2014), no legado do professor Políbio Almeida (1990), «a história não constitui um passado morto»[13]. Ao contrário, «reaparece, revive, reafirma-se nos padrões de conduta. Essa ligação passado-futuro é condição fundamental para o futuro-presente e um dos grandes princípios que orientam o poder»[14]. O estudo do Contencioso Histórico, mesmo se ele tivesse só esse propósito, já estaria, porventura, plenamente justificado, mas há muito mais do que isso. Há o presente, quantas vezes?

Além de nos ajudar a compreender o contencioso histórico que opõe a França, a antiga potência colonial, aos Camarões, apresentado como um Estado vassalo do primeiro — porque nascido de uma descolonização falhada propositadamente, de que a França é a principal responsável —, dá-nos a conhecer diversos acontecimentos que moldaram o passado e influenciam o presente e o futuro político, económico, social e cultural das ex-colónias francesas, tais como o Benim (antigo Dahomey), o Congo, o Mali (antigo Sudão francês), o Níger, o Senegal, o Togo. Por outro lado, destaca as intervenções

---

[12] Maria da Conceição Neto. «A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano», Comunicação apresentada no V Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), subordinado ao tema principal «Angola 40 Anos de Independência: Memória, Identidades, Cidadania e Desenvolvimento», realizada em Luanda, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2015.

[13] Políbio F.A. Valente Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Pequenas Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, 1990, p. 1998.

[14] Miguel Domingos Bembe, *Mecanismos de Partilha do Poder e Acomodação das Elites: Modelo e Processo para o Enclave de Cabinda*. Colecção Estudos Políticos e Sociais, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2014, pp. 13-14 (*apud*, Almeida, 1990).

militares francesas no Chade desde 1968; os eventos ocorridos em Fevereiro de 1964 no Gabão; a reiterada ingerência francesa desde 1946, nos assuntos internos da República Centro-Africana, de Barthélémy Boganda (fundador do país); ou ainda a acção da França contra a Costa do Marfim de Félix Houphouët-Boigny, devido às estreitas relações económicas com o Burkina Faso (antigo Alto Volta). Importa decerto demonstrar, especialmente, esta última acusação, pois ela não é tão evidente. Talvez em trabalhos futuros o Autor o faça... esperemos que sim. Para evitar que a crítica mordaz que faz se transforme em mero acto de desresponsabilização dos actuais líderes, deslocando as responsabilidades para os antepassados de quem ainda não estava nascido que por acaso sejam descendentes dos antigos colonizadores — muitos deles hoje também ascendentes dos nacionais das antigas colónias. A atribuição de responsabilidades é uma questão básica de justiça, importando por isso mesmo sabermos a quem a atribuir. Caso contrário, virar-se-á contra nós próprios ao mesmo tempo que nos desresponsabiliza e nos torna meros objectos sem agenda própria.

Para pôr a nu a complexidade da questão, reflictamos com um exemplo que nos é próximo e apontado pelo próprio Autor. Angola jogou um papel preponderante e pagou um preço muito alto para que a Namíbia alcançasse a independência em 1990, bem como para que fosse vencido o regime do *apartheid* instituído na África do Sul em 1944. Esta é uma leitura consensual. Mas deverá, por isso, Angola exigir reparação à actual liderança da África do Sul? Tal como no caso do Brasil em relação a Portugal? Não é evidente que assim deva ser feito, no quadro traçado pelo Autor. Mas vale a pena pensá-lo, certamente. Ponderando-a no quadro de outra hipótese: fará sentido que os portugueses exijam reparações da Itália, pelas depradações levadas a cabo nos seus territórios e populações pelo Império Romano? Ou pode o Cazaquistão, ou os Bálticos, por exemplo, exigir reparações a Moscovo pela conquista e ocupação do Estado de que a Federação

Russa é sucedânea, a URSS? Estes são pontos de tratamento difícil que ficam em aberto, mas que o trabalho suscita.

Nada disto, obviamente, derroga no seu valor intrínseco, enquanto tomada de posição política e uma chamada de atenção. Deste modo, o livro do Dr. Daniel Yagnye Tom, ainda que agora seja do público, faz parte do nosso acervo, reunindo matérias que não podem deixar de entusiasmar e, ao mesmo tempo, preocupar os que se interessam pelo passado-futuro e o futuro-presente dos países e continente africanos. Com a sua publicação na Colecção *Biblioteca da História*, a Mayamba Editora cumpre um dever patriótico cardeal: valorizar a criatividade imaginativa e abrir o debate. A sua leitura é um prazer. Que muitos sejam os que o leiam. E que dele derivem as implicações que as propostas do Autor suscitam. É pela via do contraditório que equilíbrios e responsabilidades presentes se encontram.

CENTRALIDADE DO KILAMBA,
EM LUANDA, NOVEMBRO DE 2015

MIGUEL DOMINGOS BEMBE
Doutor em Ciência Política e Mestre em Estratégia
pelo ISCSP — Universidade de Lisboa
Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais
da Universidade Agostinho Neto
Conselheiro da Carreira Diplomática do Ministério
das Relações Exteriores de Angola

INTRODUÇÃO

OS POLÍTICOS CAMARONESES E AFRICANOS EM GERAL TÊM MEDO DO CONTENCIOSO HISTÓRICO

A agenda política Africana tem sido marcada, nos últimos anos, por reviravoltas espectaculares e dramáticas do Ocidente sobre o seu papel no passado nos nossos países. É assim, por exemplo, que o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) reconheceu o seu papel no assassinato de Patrice Lumumba[15], em Janeiro de 1961, quando ainda era o primeiro primeiro-ministro do Congo independente (hoje RDC — República Democrática do Congo)[16]. Devemos também reconhecer a coragem que a Bélgica teve em enfrentar a controvérsia sobre o assassinato de Lumumba embora, como os EUA, infelizmente, ainda sem tirar todas as consequências, fugindo às suas responsabilidades, declarando-se responsável, mas não culpada. Temos também de saudar o reconhecimento pela Itália dos seus crimes contra a Líbia e das reparações materiais. A Alemanha fez o mesmo em relação à Namíbia e o Reino Unido em relação à Índia, o Paquistão e o Quénia, entre outros.

A França, pelo contrário, continua a comportar-se com desdém e condescendência em relação aos seus crimes nos Camarões e noutros lugares da África Negra, pondo-os no registo das fabulações e quimeras, como um psicanalista francês citado pelo poeta, dramatur-

---

[15] Líder anticolonial e político congolês.

[16] Ver: www.cameroonvoice.com/news/article-news-13752.html.

go e político Césaire[17] no seu *Discurso sobre o Colonialismo*, que considerava os problemas dos malgaxes colonizados pela França como imaginários. O ministro do Interior[18] francês persistiu recentemente nesta ideia, no âmbito de questões parlamentares na Assembleia Nacional Francesa, ao declarar que o papel da França foi simplesmente ajudar África e que cabe agora aos historiadores estudarem a história das relações da França com os países africanos.

Mesmo François Fillon, o primeiro-ministro francês em visita oficial nos Camarões há cinco anos considerou de «fantasmas» as alegações sobre os massacres durante a guerra para a Independência. Para o Pierre Messmer[19], militar vindo da Indochina e Alto Comissário da França nos Camarões, «os massacres existiram mas eram assuntos entre os camaroneses».

Quanto ao actual Presidente francês, François Hollande, durante a sua visita aos Camarões, no dia 3 de Julho de 2015, reconheceu timidamente as atrocidades cometidas pelas tropas francesas no nosso país.

Os políticos e intelectuais africanos da África «francófona»[20] em geral, e camaroneses em particular, parecem fazer pior do que a França porque têm medo da nossa história, manifestando uma grande reticência em a tratar, e apresentando uma falta de interesse para com os ideais pelos quais muitos patriotas africanos morreram.

Num momento em que numerosos camaroneses se dizem chocados pelo «Contencioso Histórico» que existe entre a França e nós, e que tentam esconder o verdadeiro significado sob a acusação de ódio ou rancor, os próprios carrascos, responsáveis por este litígio, sufocam

---

[17] Aimé Césaire, *Discurso sobre o Colonialismo*, Editions Réclame, Paris, 1950; Editions Présence Africaine, 1955.

[18] Bernard Cazeneuve, ministro do Interior desde 2 de Abril de 2014.

[19] Pierra Messmer (1916-2007), militar francês que combateu na Eritreia, Síria, Tunísia, Algéria e Indochina, onde foi prisioneiro de guerra. Alto Comissário nos Camarões de 1956-1958, dirigiu as matanças contra a União das Populações dos Camarões. Depois foi ministro das Forças Armadas francesas.

[20] Países Africanos de expressão francesa, ex-colónias da França.

sob o peso dos seus pesados «segredos» e aspiram a esvaziar a sua consciência.

Quando se fala das relações França-África e os seus efeitos perversos que persistem, alguns chamados «anticolonialistas críticos» procuram desesperadamente as provas e falam de saudosismo infantil. Enquanto isso, uma das vozes mais autorizadas das relações França-África, sob pena de ser acusada de senil e trancado num asilo, desbobina as profundezas desse «polvo». Em particular, ao longo de uma entrevista com o jornalista de investigação francês Pierre Péan[21], o antigo presidente francês Jacques Chirac[22] disse, a propósito dos africanos:

«Depois de lhes termos roubado a sua cultura, roubámos-lhes os seus recursos, as matérias-primas, utilizando a sua força de trabalho local. Roubámos-lhes tudo e reiterámos-lhes que não eram bons para nada. Agora, é a última etapa: roubamos-lhes os cérebros, distribuindo-lhes bolsas de estudo, e insistimos em dizer: 'esses pretos não são, decididamente, bons para seja o que for'»[23].

Noutra ocasião, confessou:

«Nós sugámos África durante quatro séculos e meio. Em seguida, saqueámos as suas matérias-primas; mais tarde dissemos que (os africanos) não servem para nada. Em nome da religião, destruímos a sua cultura e agora, como devemos fazer as coisas com mais elegância, roubamos-lhes os seus cérebros graças às bolsas de estudo. Depois, constatamos que a infeliz África não está num estado brilhante, não gera elites. Depois de termos enriquecido à sua custa, damos-lhe lições»[24].

Estas confissões, acrescentadas aos já atrás referidos actos dos

---

[21] Pierre Péan, *L'inconnu de l'Elysée*, Fayard, 2007.

[22] Presidente da França entre 1995 e 2007, tendo cumprido dois mandatos consecutivos. Nasceu 1932, foi ainda Prefeito de Paris de 1976 a 1995, primeiro-ministro francês de 1974 a 1976 e de 1986 a 1988.

[23] Pierre Péan, *L'inconnu de l'Elysée*, Fayard, 2007.

[24] Jacques Chirac comenta a cimeira França-África realizada em Janeiro de 2001, nos Camarões, ao jornal *Le Monde*, 13 de Fevereiro de 2007.

EUA, Bélgica, Alemanha e Grã-Bretanha, constituem uma mensagem forte para a Geração Consciente das africanas e africanos. Por que razão o reconhecimento dos graves crimes cometidos contra a África, crimes que comprometeram de modo duradouro o seu futuro, deve ficar reduzido a meras declarações formais, sem seguimento de outros efeitos, como aconteceu no caso do Holocausto dos judeus durante a II Grande Guerra Mundial, por exemplo?

É tempo de os políticos dos Camarões e de outros lugares de África pararem de atropelar a memória dos heróis que morreram pela independência, das populações que foram massacradas quando reivindicavam os seus direitos mais naturais, e começarem a exigir o reconhecimento público pela França dos seus crimes, acompanhado por uma reparação substancial. Esta perspectiva não tem nada de ilusório, uma vez que Jacques Chirac, ele de novo, é o próprio a apontar essa possibilidade:

«Nós esquecemo-nos de uma coisa: é que grande parte do dinheiro que está na nossa carteira vem precisamente da exploração, durante séculos, da África. Não só, mas muito vem da exploração de África! Portanto, é preciso que tenhamos um pouco de bom senso. Não falo de generosidade, mas de bom senso, de justiça para com os africanos em relação ao que lhes foi tirado. Enquanto estamos a tempo, se quisermos evitar as piores convulsões ou dificuldades com as consequências políticas que isso acarreta para o futuro próximo»[25].

A verdade é que a manutenção suicida da zona do franco (CFA[26]), dos acordos servis de cooperação, o domínio da nossa economia pelo capital estrangeiro, a falta de uma base industrial num país dependente das matérias-primas, a corrupção impressionante em todas as instituições, o mau funcionamento do Estado e da sociedade que daí resulta, a celebração de uma falsa «Reunificação» truncada de recursos, todas estas acções

[25] Nicolas Agbohou, *Le FCFA et le développement de l'Afrique*, documento em PDF online, p. 7: www.m-pep.org/IMG/pdf/PrAgbohouNicolas.pdf.

[26] Moeda corrente usada em doze países africanos, anteriormente possessões francesas.

irracionais e absurdas dos nossos dirigentes contra os interesses óbvios de nosso povo, todas estas calamidades estão ligadas, directa ou indirectamente, à persistência do Contencioso Histórico, porque elas surgem da tragédia de «meio século de independência defraudada», que fez uma cama confortável às neocoloniais repúblicas das bananas. O Contencioso Histórico torna-se, assim, uma realidade eminentemente política!

Como e em nome de quê temos de engolir uma pílula tão amarga? Como podemos sonhar construir uma sociedade que caminhe no sentido da defesa dos interesses dos camaroneses, sem pôr fim a tão pesadas hipotecas? Como podemos pretender tornarmo-nos um país verdadeiramente livre, se não nos decidirmos a questionar, de forma clara e definitiva, como resolver a equação da quadratura do círculo político a que o nosso destino esta ligado há quase sessenta anos?

O Contencioso Histórico é, a par de reivindicações de ordem económica e social, o termómetro que nos permite avaliar o patriotismo dos políticos nos Camarões. A luta de libertação nacional que os *upecistas*[27] da primeira hora empreenderam continua actual e requer, para ser conduzida com sucesso, que estejamos conscientes da responsabilidade que o fracasso desta luta representa para as nossas populações e para o nosso país ainda hoje.

Todos os males que conhecemos e que temos denunciado alto e bom som ao longo destes anos entraram no nosso país através deste Contencioso Histórico, que subsiste até agora sem estar resolvido.

A Geração Consciente dos africanos coloca-o, portanto, no centro do seu aparelho ideológico, como o seu motor.

Nós podemos, com propriedade, declarar nos Camarões 2016 o Ano do Contencioso Histórico porque é o Ano do Centenário da Anexação criminal dos Camarões pela França e a Grã-Bretanha, o Ano do início do Contencioso Histórico!

---

[27] Os upecistas são os membros pertencentes à UPC — União das Populações dos Camarões. Professam a ideologia do upecismo.

Quando se refere o nome do Burkina Faso, as pessoas exclamam com uma pitada de orgulho e admiração «Thomas Sankara![28]», evocando o seu heroísmo, o seu legado político, e a esperança que ele representou na sua época, e que continua a representar, por uma África livre, digna e auto-suficiente. Se quisermos falar do Gana ou do Zaire (actual RDC — República Democrática do Congo) a alguém, essa pessoa irá associá-los a «Nkrumah[29] ou a Lumumba», sem deixarmos de mencionar a sua história, a sua visão de um poderoso Estado pan-africano, e as suas vidas dedicadas a um ideal de Liberdade.

É estranho que, quando se profere o nome dos Camarões, tanto no estrangeiro como nos próprios Camarões, não são as figuras Um Nyobe[30], Félix Moumié[31], Ouandié[32] ou Osendé[33] que vêm à mente das pessoas, mas

---

[28] Militar e líder político do Burkina Faso, tendo sido primeiro-ministro quando o país ainda se chamava República do Alto Volta.

[29] Líder político africano, um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e presidente de Gana de 1960 a 1966.

[30] Ruben Um Nyobe (1913-1958), primeira personalidade política camaronesa. Secretário-geral da União das Populações dos Camarões. Assassinado pelas tropas francesas no mato. Foi proclamado herói em 1991. Fez dois discursos históricos nas Nações Unidas no dia 17 de Dezembro de 1952 e em Dezembro de 1953.

[31] Félix-Roland Moumié (1925-1960), médico-cirurgião de profissão, grande figura da luta pela Independência dos Camarões, vice-presidente da UPC em 1950, presidente da União das Populações dos Camarões em 1952. Foi proclamado. Foi envenenado em Genebra pelos serviços secretos francesas em 1960 e proclamado herói nacional em 1991.

[32] Ernest Ouandié (1914-1971), outra grande figura da luta pela independência dos Camarões e dos primeiros anos da República Camaronesa. Foi igualmente proclamado herói nacional em 1991. Professor de profissão, foi vice-presidente para a Organização da União das Populações dos Camarões (UPC) em 1952. Director do Jornal *VK, Voz do Kamerun*. Presidente do Comité e Director da UPC no maquis em 1962, depois do assassinato do Presidente Félix-Roland Moumié. Dirigiu a resistência armada durante cerca de dez anos, em condições difíceis de encravamento sem logística adequada, a partir de 1962 até o seu fuzilamento na praça pública na cidade de Bafoussam, no dia 15 de Janeiro de 1971.

[33] Castor Osendé Afana (1930-1966), dirigente da UPC, membro do Comité Director, economista de profissão formado em Toulouse (França). Assassinado pelas tropas camaronesas numa zona de mato, no sul dos Camarões.

sim as dos futebolistas Manga-Onguéné, Kunde, Roger Milla ou Samuel Eto'o. Não que eles não tenham mérito. O facto é que, neste momento, a nossa memória histórica está tão apagada, as nossas coordenadas tão ofuscadas que, para referir actos de bravura ou personagens famosas da nossa história nacional, não temos outra referência que não seja a da esfera da diversão, à qual o nosso horizonte ficou confinado.

A verdade é que, para enfrentar o declínio actual da nossa sociedade, e não obstante todo o orgulho que possamos sentir por Eto'o ou pelos feitos extraordinários de Roger Milla, a memória que é verdadeiramente capaz de nos fazer voltar à rota da História é a dessas mulheres e homens que morreram para defender um ideal que nos faz sonhar hoje. Portanto, é essencial que a nossa memória histórica seja restaurada. O estudo do Contencioso Histórico, mesmo se ele tivesse só esse propósito, já estaria plenamente justificado, mas há muito mais do que isso.

O interesse de um tal estudo é triplo. O primeiro é a necessidade de aumentar a consciência dos nossos compatriotas sobre a importância da causalidade histórica na compreensão dos problemas actuais. É frequente ouvir a indignação dos africanos quando se lembram dos crimes da França ou do Ocidente em África. Muitos vêem isso como lamentações, autoflagelação ou infantilismo. Outros acham que se trata de espalhar e manter o ódio. Para outros, ainda, é um apego ao passado improdutivo e inútil. Nada é menos verdade, mas é surpreendente que essas acusações venham dos próprios africanos, que são, no entanto, as vítimas das referidas atrocidades, e é de assinalar que o argumento propagandístico disputa terreno com a verdadeira informação histórica, quando se trata da História colonial da África.

Muitos não têm em conta que o principal objectivo do Contencioso Histórico foi a criação dos Estados africanos a soldo da França:

1 — A actual situação miserável dos nossos países ainda é, de muitos pontos de vista que não são meramente secundários, o prolongamento da situação colonial;

2 — Os mecanismos de exploração são mais refinados, o que os torna invisíveis a um olhar destreinado;

3 — Uma análise desses mecanismos de exploração conduz-nos, inevitavelmente, a momentos históricos que supúnhamos ultrapassados, mas que os explicam na perfeição.

De facto, torna-se evidente para as pessoas de boa fé a constatação da actualidade e, sobretudo, da continuação da mentalidade colonial e da sua nocividade para as relações Norte-Sul.

Basta, para isso, um exame objectivo, que seria o de procurar as causas remotas das intervenções periódicas do Ocidente em África (Zimbabwe, Costa do Marfim, Líbia, Mali, Gabão, Congo, Chade, República Central Africana, Guiné), assim como os princípios do funcionamento da zona do franco (CFA), os acordos de cooperação monetária, a composição dos conselhos de administração dos Bancos Centrais Africanos, etc., já atrás mencionados. No que toca ao nosso afecto, os programas de educação na África francófona e a escola são concebidos no presente estado de coisas, como produtos puros do nosso passado colonial, como ferramentas de formatação das nossas mentes e do nosso modo de pensar, até mesmo dos nossos sentimentos, uma vez que eles transmitem uma cultura e paradigmas que não são africanos, facto que não se pode negar. O que obriga o africano a pensar utilizando ferramentas alheias a ele mesmo. Portanto, se pensamos os nossos problemas através de um prisma estrangeiro, não é evidente que acabemos por apreciar, com justeza, os nossos verdadeiros interesses. É um problema real.

Como exemplo da influência insidiosa e negativa dos programas educacionais não controlados por nós mesmos, Cheikh Anta Diop[34] disse, com certa razão:

«A Democracia, o desenvolvimento e o socialismo são, respectiva-

[34] Historiador e antropólogo senegalês que estudou as origens da raça humana e a cultura africana pré-colonial.

mente, uma ilusão, uma mentira e uma fraude, enquanto os assuntos do país forem conduzidos numa língua estrangeira.»

Jean-Paul Sartre[35], no seu «Orfeu Negro», participou na conversa, dizendo que, enquanto o ex-colonizado falar a língua do colono, este não precisa estar fisicamente presente, uma vez que está nele. Este foi um dos principais argumentos que ele opôs aos campeões da Negritude, que procuravam a dignidade dos africanos através da língua de seu mestre, colocando-se na incapacidade de escapar à carga afectiva e à cultura do outro.

Em segundo lugar, este estudo pretende demonstrar que, opondo-se à recordação dos crimes das ex-potências coloniais, os africanos cometem pelo menos três erros:

1 — Confundem o passadismo (saudosismo) e a História, enquanto na verdade o primeiro é uma doença da infância da historiografia, que consiste em requentar o passado como uma desculpa e chafurdando no fatalismo, ao passo que a segunda é uma ciência prospectiva, que ausculta o passado para compreender o presente, a fim de construir um futuro melhor. Aquele que ignora a História está condenado a repeti-la e a História não é o passado, mas o tempo que decorre desde ontem até hoje e até amanhã. Uma compreensão dinâmica da História é, portanto, contrária à esterilidade do passadismo. O símbolo mais poderoso para compreender a História como a entendemos aqui está expresso no paradigma Africano de Sankofa, pássaro mítico da tradição Akan dos Povos da África Ocidental (Gana, Costa do Marfim, etc.). O pássaro Sankofa voa com um ovo no bico e a cabeça voltada para trás: olha para o passado, mas o ovo simboliza a promessa do futuro. O significado mais profundo é o de, no presente, podermos aprender com o passado para construir um futuro melhor.

---

[35] Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo e escritor francês. *O Ser e o Nada* foi o seu principal trabalho filosófico. Destacou-se por ser um dos maiores integrantes do pensamento existencialista na França. «Orféu Negro» faz parte da sua obra *Reflexões Sobre o Racismo*, publicada pela primeira vez em 1946.

Devemos admitir que se a humanidade quer entender onde está (no presente) e ver o seu futuro (prospectivo ou potencial), dificilmente poderá economizar num trabalho sobre a sua História (a exploração do seu passado). Como se pode promover a paz mundial e a compreensão entre os povos, prevenir os riscos de possíveis conflitos ou a repetição da História, sem esclarecer os diferendos, denunciar os preconceitos e as anomalias nascidas de uma História trágica, cujas repercussões são constatáveis, não apenas em instituições contemporâneas, mas até mesmo nos comportamentos e nas atitudes dos mais altos responsáveis políticos?

É precisamente a ausência de um tal esforço que torna possível o actual ressurgimento dos conflitos geopolíticos, das guerras pelos recursos impostas aos povos, as novas ameaças da corrida ao armamento e a re-divisão do mundo em blocos. Não se pode excluir que a nossa época se vê envolvida numa lógica louca de Choque das Civilizações, em vez do Diálogo das Civilizações, tão almejado pelos povos do mundo.

2 — Eles abandonam um campo que não deixa de ser vital ao investimento na formação da consciência política e à resolução dos problemas actuais, inclusive, e especialmente, os problemas do microtribalismo, do micronacionalismo e do microconfessionalismo, tão prejudiciais à construção de um sentimento nacional e do ideal pan-africanista. A perspec-

tiva histórica é, de facto, pertinente para fazer penetrar a consciência do significado dos eventos e determinar uma atitude cheia de bom senso, de realismo e, porque não, de visão. Não pode haver uma política construtiva nem uma possibilidade de libertação verdadeira sem a perspectiva histórica, e esta é uma das motivações subjacentes a este trabalho, uma vez que o seu objectivo é a formação da consciência histórica e política.

A perspectiva histórica fornece uma maior consciência na compreensão das problemáticas da nossa sociedade e dos desafios que, no fundo, estão por detrás deles. Alguns africanos argumentam, invariavelmente, que a conversa é inútil e só a acção é que conta. Mas não conseguem explicar por que razão, apesar de muitas vezes termos um bom conhecimento geral da situação dos nossos países, ainda não efectuámos quaisquer acções políticas para a mudança. No entanto, só a política pode mudar as coisas. A razão é que nós não temos uma consciência apurada dos desafios que implica, a longo prazo, a situação que conhecemos.

Esta consciência apurada é-nos fornecida pela perspectiva histórica. Portanto, vamos deixar de nos comportar como se os factos denunciados estivessem finalmente extintos e já não tivessem qualquer impacto, directo ou indirecto, na situação actual dos nossos países. Podemos, portanto, iniciar os actos que se esperam de nós, à luz da nossa situação.

3 — Além disso, estes africanos renunciam voluntariamente a recorrer às disposições oferecidas pelo direito internacional público, para beneficiarem de uma justiça legítima e de uma justa reparação e indemnização pelos actos criminosos cometidos durante a colonização, que causaram danos reais, com sequelas duradouras, cujas repercussões não estão prestes a terminar.

Na verdade, tendo em conta os princípios da continuidade dos Estados e a não prescrição de determinados crimes, as antigas potências coloniais podem, ainda hoje, ser perseguidas judicialmente pelas suas actuações passadas nos territórios que conquistaram, ou pelos quais receberam a responsabilidade da administração como potências mandatárias

ou tutelares, mas, em vez de os conduzirem à independência, cometeram muitos actos criminosos, contrários às disposições do direito internacional que estabeleceu os seus poderes e atribuições. O exemplo de outras regiões do mundo mostra essa possibilidade. Existem muitas regras do *jus cogens*, ou o direito das pessoas, que prevêem essa possibilidade, que serão examinadas neste estudo no que diz respeito às matérias referidas.

Em terceiro lugar, este estudo tem uma finalidade pedagógica e didáctica. Além disso, as ilustrações, as imagens e as repetições serão frequentes, com o objectivo de dar mais ênfase aos dados históricos, políticos, jurídicos, económicos, sociológicos, que contêm as questões tratadas, e propor soluções práticas para elas.

A França não é a única responsável pelo descalabro actual dos países africanos francófonos, porque nada de mal poderia perdurar no nosso continente sem uma participação activa dos próprios africanos, mas a Franca tem as suas culpas, com as diversas ingerências militares e o seu sistema França África, que não podem ficar impunes.

Uma Nação não pode apostar no Bem-estar das suas populações em detrimento dos outros povos. Uma Nação não pode cuidar da sua Felicidade à custa da exploração e da pilhagem dos outros povos.

Não se trata de incitar todos os países africanos a levar a França aos tribunais internacionais, mas simplesmente de encorajar cada um deles ao estudo minucioso da sua História com ela. Pela sua especificidade, podem encontrar-se matérias sucessíveis de justificar procedimentos judiciais que irão desafiar o seu insaciável apetite pelas pertenças africanas.

1

A FRANÇA COLONIAL PODERIA IMAGINAR?

A França colonial não podia imaginar que massacrando os nacionalistas africanos sem barulho e com a conivência da Comunidade Internacional, apenas menos de duas gerações depois, outras meninas e outros filhos de África iriam levantar o Contencioso Histórico relacionado com os seus crimes, confrontando-a com o seu passado, saturado de cortes de cabeças dos nossos mortos, num mar de sangue dos mártires da independência.

Isso acontece quando, subtilmente, ao abrigo dos «Direitos Humanos» ou «para ajudar a África», as ruidosas botas francesas são ouvidas novamente em território Africano (Costa do Marfim, Mali, RCA — República Centro-Africana). O trabalho destas várias missões militares francesas incide sobretudo e nomeadamente: na Costa do Marfim, a partir de 2002, a eterna operação Unicórnio (Licorne) com 4000 soldados, acabou por derrubar o presidente Gbagbo[36] para entregar o poder ao presidente Alassane Ouattara[37]; a operação Serval, no Mali, desde 2013, tem como objectivo oficial lutar contra a insurgência islâmica no Magrebe e eliminar os últimos grupos rebeldes; as operações Boali e Sangaris, respectivamente de 600 e de 1200 soldados franceses, encontram-se na

[36] Laurent Gbagbo (1945-), político, historiador e escritor marfinense. Presidente da Costa do Marfim entre 2000 e 2010.

[37] Alassane Dramane Ouattara (1942-), actual Presidente da Costa do Marfim. Entre 1990 e 1993 havia sido primeiro-ministro.

RCA para proteger o presidente François Bozizé[38] ameaçado pelas milícias Seleka[39] e mais tarde para conter a extrema violência que tem assolado o país desde a deposição de Bozizé, em Março de 2013. Torna-se vital lembrar que, noutros tempos, essas movimentações de tropas foram justificadas por álibis de ordem moral, teológica e humanista, mas um exame atento mostra que elas foram meros pretextos para a ocupação e exploração, até mesmo à custa de genocídios.

Ao introduzir o código do indígena, o sistema dos trabalhos forçados, que causou a morte de milhares de africanos, assassinando os heróis nacionalistas e os patriotas africanos, massacrando populações inteiras com actos de guerra, exterminando alguns grupos étnicos, a França pensava, provavelmente, que ia livrar-se deles para sempre.

É, geralmente, um mau cálculo de todos os criminosos cegos pela ganância desenfreada porque, mais do que nunca, a memória desses mártires está em sintonia com o ar dos tempos, e podemos dizer, taxativamente, que o Estado francês e seus aliados os assassinaram para os fazer renascer na consciência de novas gerações de africanas e africanos, pelo que, não haverá paz, enquanto a França não pagar pelos seus crimes contra os nossos pais e mães. Não haverá paz sem o reconhecimento dos crimes, sem o pedido de desculpas oficial e um tributo merecido à memória dos mártires, sem uma posterior compensação e uma reparação adequada pelos danos sofridos pelo povo camaronês e pelos outros países africanos. O Estado francês actual é a extensão natural do império colonial francês de outra época. Mas isso não é suficiente: a França deve

---

[38] Nasceu em 1946. Militar e sexto presidente da República Centro-africana, depois do golpe de estado do dia 15 de Março de 2003.

[39] Aliança de orientação muçulmana formada em 2012, sem linha política nem uma ideologia clara que tomou o poder em 24 de Março de 2013 depois de liderar um golpe contra o presidente Bozizé.

retirar-se de África, não só fisicamente, com a evacuação das suas forças de ocupação, mas também política e diplomaticamente, cessando as suas interferências, os seus comentários tendenciosos e outras tomadas de posição não desejadas, nos nossos assuntos.

2
HISTÓRIA DE ASSASSINATOS

A história dos Camarões «independente» é a de uma marcha trágica, violenta, cheia de sangue, rumo à liberdade. Está repleta de assassinatos selvagens comparáveis a um genocídio. Este país é o puro produto da ambição conquistadora das forças franco-alemãs-britânicas, as potências coloniais que, com todas as suas ambições de conquista despertas, se opuseram à demanda humana pela liberdade e contra a opressão.

Quando os povos sob o jugo destas potências coloniais se organizaram para derrubar o sistema odioso da ocupação colonial, as suas aspirações foram contrariadas pela vontade ilegítima e criminosa dos ocupantes em manter essa condição cruel, desumana e degradante, porque o opressor nunca deixa facilmente as suas conquistas.

Esta recusa em reconhecer a legitimidade das reivindicações dos povos africanos e de querer continuar a manter uma condição indigna levou alguns países, nomeadamente Argélia, Madagáscar e Camarões, a empreenderem uma guerra armada pela independência, cujo balanço, em termos de custos humanos, é, no mínimo, aterrador. Ignorando a vontade claramente expressa dos povos africanos para tomar o seu destino nas mãos, em flagrante violação de vários acordos internacionais e em menosprezo pelos imensos sacrifícios dos povos africanos, as potências coloniais dominantes fizeram todos os esforços para fomentar uma conspiração destinada a viciar o inelutável processo de independência do nosso país, e parar o sonho de uma África unida num poderoso estado continental, um estado federal pan-africano.

O objectivo era consolidar a «berlinização»[40] de África e manter a distribuição das tarefas após a segunda grande guerra tribal ocidental, equivocadamente chamada de Guerra Mundial.

Esta distribuição das tarefas dá, ainda hoje, na mentalidade colonial ocidental, ao nosso continente o papel de fornecedor de matérias-primas e a direcção do mundo ao Ocidente. Uma mentalidade colonialista que persiste, apesar da nova configuração geopolítica mundial ser a de um mundo multipolar, que necessariamente exige uma reconsideração e uma renegociação das relações que regem a vida internacional, no sentido de serem abandonadas as políticas belicistas, do respeito por todos os povos e da redução dos apetites capitalistas.

Os crimes dessas potências coloniais estendem-se pelos períodos antes, durante e após a «independência». Antes da independência, são assumidos pelo único poder colonial que exerceu o seu império com mão de ferro nos territórios considerados. Durante e depois da independência, esses crimes também lhes são atribuídos, porque foram perpetrados através da sua prevaricação, conivência e presença activa, ao lado de líderes africanos que são apenas criações suas. Mas também são imputáveis aos próprios líderes africanos, colaboradores com pleno conhecimento da ordem neocolonial que estava a ser estabelecida. A própria ONU — Organização das Nações Unidas não está isenta de qualquer responsabilidade neste drama da África em marcha rumo à liberdade.

No entanto, é oportuno notar que este estudo, por razões de conveniência, vai estar limitado às acções da França nos países da África subsariana sob a sua autoridade em geral, e em particular nos Camarões.

---

[40] Termo por que ficou conhecida a partilha de África pelas potências coloniais, realizada na Conferência de Berlim, que decorreu entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885.

3

RESPONSABILIDADE FRANCESA, ONDE SE ENCONTRA?

Para o general De Gaulle[41], os Camarões não podiam e não deviam alcançar a independência, devido à sua localização geoestratégica. A França acabara de perder a Indochina, depois da derrota flagrante na batalha de Dien Bien Phu (1954), no Vietname, às mãos de Giap[42] com a tropas de Ho Chi Minh[43]. A independência dos Camarões, liderada por Um Nyobe, considerado o Ho Chi Minh camaronês, iria contaminar os países da África Central e os demais territórios sob influência da França. O pensamento político de De Gaulle resumia-se ao seguinte: com os Camarões independente, a França iria perder a sua própria independência, porque ficaria sem a sua estatura de superpotência.

É assim que a mais alta hierarquia francesa, tendo decidido travar a luta de libertação e impedir o sucesso e a ascensão ao poder dos nacionalistas e dos líderes patriotas pan-africanistas, vai estabelecer um sistema odioso de controlo dos nossos países só «independentes»,

---

41 General Charles De Gaulle, estadista francês que liderou militarmente a resistência à ocupação francesa pela Alemanha Nazi, durante a II Guerra Mundial. Foi primeiro-ministro de 1944 a 1946 e entre 1958 e 1959, ano em que foi eleito Presidente da República, cargo que exerceu até 1969.

42 Vo Nguyen Giap (1911-2013), general vencedor da batalha de Dien Bien Phu, a última da guerra da Indochina. Durou oito semanas, de 13 de Março a 7 de Maio de 1954, e ali morreram milhares de soldados francesas e vietnamitas.

43 Ho Chi Minh (1890-1969), revolucionário e estadista vietnamita, de nome Nguyễn Sinh Cung que mais tarde seria mundialmente conhecido como *Hô Chí Minh* (aquele que ilumina). Fundador do Partido Comunista do Vietname e Presidente da República deste país entre 1946 e 1969.

com o qual colaboraram as elites africanas principais ou insignificantes, segundo os casos.

Este sistema foi definido por um autor francês chamado François-Xavier Verschave[44]. De acordo com ele, a FrançÁfrica, parodiando a frase «França-África» de Félix Houphouet-Boigny[45], foi um sistema inventado em 1955 para definir a natureza especial das relações que unem a África à França. O termo abrange o aspecto oculto da política francesa em África. François-Xavier Verschave descreveu-o como:

«Uma nebulosa de actores económicos, políticos e militares, em França e em África, organizada em redes e lobbies, e polarizada para a tomada, por um lado, das matérias-primas, e por outro, a ajuda pública oficial ao desenvolvimento. A lógica dessa aspiração é a de proibir qualquer iniciativa fora do círculo interno formado. Este sistema, que se desqualifica a si próprio, se recicla no crime, é, naturalmente, hostil à democracia»[46].

O autor atribui a criação desta nebulosa a Charles De Gaulle que, ao conceder a independência às colónias francesas em África em 1960, confiou ao mesmo tempo a Jacques Foccart[47], responsável da Unidade Africana no Palácio do Eliseu, o cuidado de estabelecer redes de relações privilegiadas entre a França e os Chefes de Estado «amigos» da França. Essas redes são conhecidas como «redes Foccart»[48].

No caso dos Camarões, a acção da França irá resultar, antes da

---

[44] François-Xavier Verschave (1945-2005), um apaixonado pelas relações franco-africanas, economista, popularizou o conceito «FrançÁfrica». Foi presidente da Organização não-governamental francesa «Survie», Autor de *A França-África, o Escândalo mais Longo da República,* Stock, 1998.

[45] Primeiro presidente da Costa do Marfim, desde 1960 até à sua morte, em 1993. Nasceu em 1993, médico de formação, foi ministro da Saúde da França entre 1957 e 1958.

[46] Ibidem.

[47] Jacques Foccart (1913-1997), secretário-geral do palácio Eliseu para os assuntos africanos de 1960 a 1974. Personagem central da FrançÁfrica.

[48] Ver Foccart documentário, o homem que liderou a África: www.youtube.com/watch?v=CDmmJjfqDeI.

«independência», na neutralização ilegal da União das Populações dos Camarões (UPC), proibida por decreto do Estado francês do dia 13 de Julho de 1955, na sequência dos acontecimentos de Maio de 1955, em Douala, Yaounde, Mbanga, Loum, Nkongsamba, Eseka, Edea, etc., onde se deram massacres de civis por parte dos colonos; em seguida, pelo assassinato do carismático líder da UPC, Ruben Um Nyobe, em 1958, pelos franceses, e uma série de actos criminosos que vão continuar depois da «independência». O exame minucioso destes factos vai ser feito mais tarde.

Vale a pena fazer um breve resumo da história destes acontecimentos: o movimento nacionalista desenvolveu-se, a partir de 1945, com uma «elite formada nas escolas superiores de Dakar, uma burguesia ligada à agricultura e um proletariado urbano que já tinha provado a sua (capacidade) de mobilização».

Nesse ano, os «Estados Gerais da colonização», realizados em Douala, confirmaram o compromisso dos colonos franceses com o sistema colonial tradicional, contrariando as promessas feitas por De Gaulle na Conferência de Brazzaville, em 1944. Na ocasião, prometeu o fim deste sistema após a guerra, porque os africanos tinham ajudado a libertar a «França livre» da praga do nazismo de Hitler (Alemanha).

Em resposta a esta decisão dos colonos, as populações desencadearam uma greve de grande envergadura. Mais de cem sindicatos e partidos políticos deram corpo à luta anticolonial.

A União das Populações dos Camarões (UPC) foi fundada no dia 10 de Abril de 1948, num bar-café de Douala-Bassa chamado Em Serra. Os seus fundadores são: Jacques Ngom, Charles William Assale Hondt, Joseph Raymond Etoundi Léopold Moume-Etia, Yemi George, Theodore Ngosso William Bagal, Leonard Bouli, Emmanuel Yap, Jacques-René Bidoum, HR Manga Mado[49].

Um Nyobe, que se tornará o segundo secretário-geral em Novem-

[49] Ver: http://fr.wikipedia.org/wiki/Union_des_populations_du_Cameroun.

bro de 1948, no entanto, não está presente na criação do partido.

A UPC surge rapidamente como um partido nacionalista e revolucionário, que quer acabar com o sistema colonial. Os nacionalistas camaroneses reivindicam a reunificação dos Camarões, franceses e britânicos, a independência total, elevando os padrões de vida e de educação dos camaroneses. Eles vão aproximar-se do KNDP (Partido Nacional Democrático dos Camarões), fundado por John Ngu Foncha[50], dos Camarões do Sul, e de Mallam Abdullahi, dos Camarões do Norte.

Filiada desde 1949 no partido Assembleia Democrática Africana (RDA, sigla do francês Rassemblement Démocratique Africain), a UPC recusa qualquer compromisso com a administração colonial e tenta, sem sucesso, tomar o poder pela via das urnas, antes de ser constrangida, sob a presidência de Félix-Roland Moumié, a radicalizar os seus métodos de luta, depois dos reiterados golpes da administração colonial, após ter tentado o caminho pacífico em muitas viagens à ONU, para defender a causa do povo dos Camarões.

É assim que, após a sua proibição em 1955, o partido histórico entrará na clandestinidade e desenvolverá uma guerrilheira tenaz, duramente reprimida pela França. Ruben Um Nyobe foi morto em 1958. De acordo com Bakang ba Tonye[51], é duvidoso que tenha sido no dia 13 de Setembro desse ano, como afirma a tese oficial. Segundo ele, é mais provável que Um Nyobe tenha sido apanhado antes, levado para Yaoundé, torturado e assassinado entre os dias 10 e 11 de Setembro, na sequência da sua recusa em se comprometer e da sua intransigência quanto ao princípio da plena independência dos Camarões.

Só então foi levado de volta para a mata e dado como morto no dia 13 de Setembro de 1958.

---

[50] John Ngu Foncha (1916-1999), fundador do KNDP Kamerun National Democratic Party em 1955. Primeiro-ministro dos Camarões Britânico entre 1959 e 1961. Vice-presidente da República Federal dos Camarões (1961-1965).

[51] *Os Últimos Dias de Um Nyobe*, breve biografia de Moumié, Kingue, Ouandié e Osendé Afana, Ed. Kunde, pp. 22 ss.

Após o assassinato de Um, a luta clandestina continuou sob a liderança de Moumié, que morreu em Genebra no dia 3 de Novembro de 1960, envenenado por um agente da Mão Negra, os serviços secretos franceses. A seguir, foi o assassinato de Osendé Afana, no mato do sudeste dos Camarões, no dia 15 de Março de 1966, a que sucedeu o fuzilamento do presidente Ouandié na praça pública em Bafoussam, no dia 15 de Janeiro de 1971, apenas seis meses depois da sua prisão após um julgamento viciado.

Para o Movimento upecista restava apenas uma opção: a da resistência clandestina liderada por Woungly-Massaga e Michel Ndoh[52], até à sua saída desastrosa desta clandestinidade, que culminou com a criação de uma «UPC do governo ou UPC governamental», cujo objectivo era a liquidação do verdadeiro upecismo. Actualmente, existem várias UPC, que subsistem sob a orientação do partido no poder.

Mas a causa mais importante do declínio da UPC e do upecismo nas últimas décadas tem sido a sua ignorância do Contencioso Histórico. Sem o Contencioso Histórico e sem a sua história, a UPC tornou-se um partido comum, como os outros apêndices do partido neocolonial no poder UC-UNC-RDPC[53], apesar de todos os sacrifícios de alguns membros da UPC dos Fiéis (UPC des Fidèles, a UPC Histórica do Comité Central, saída da clandestinidade e não reconhecida oficialmente).

Houve também uma recuperação por Ahidjo[54] de uma parte do programa da UPC: depois daquilo que foi chamado de «independência», a 1 de Janeiro de 1960, um referendo consagrou a reunificação

---

[52] Massaga foi um dos principais colaboradores de Ouandié e secretário administrativo da UPC; Ndoh, jurista, foi outro dos dirigentes da União.

[53] Em português, União Camaronesa-Movimento Democrático Popular dos Camarões.

[54] Ahmadou Ahidjo (1924-1989), ditador sanguinário que participou activamente nos massacres, homem de mão da França. Segundo chefe do Estado sob tutela dos Camarões depois de Mbida, entre 1958 e 1960. Primeiro presidente dos Camarões «independente», de 1960 a 1982.

dos dois Camarões — com excepção do Norte dos Camarões britânico que foi entregue à Nigéria pela Grã-Bretanha e França depois de um referendo fraudulento controverso — culminando em Outubro de 1961, para a criação de uma República Federal dos Camarões, que deveria poupar as especificidades de ambos os Camarões e, mais amplamente, das diferentes regiões. É esse equilíbrio que é mudado por Ahidjo em 1972, na sequência de um referendo viciado e ilegal, que conduziu à proclamação do Estado unitário, comemorado a 20 de Maio de cada ano, em detrimento da data da «independência» e da «reunificação».

Em 1985, Paul Biya[55] ainda fez melhor. Usando apenas uma lei que proclamava a «República dos Camarões», removeu o adjectivo «unida» que, mesmo que vagamente, indicava que os Camarões eram uma união após um breve período de separação.

---

[55] Segundo presidente da República dos Camarões, no cargo desde 1982.

4
COMO APRESENTAR ADEQUADAMENTE O CONTENCIOSO HISTÓRICO

Definição da necessidade nacional. O conceito de Contencioso deriva do latim *contentiōsu* e significa: o que dá origem a uma briga. É geralmente aceite que este termo tem cinco sentidos. O primeiro, refere-se a um bloqueio relacional, resultado de um diferendo ou de um conflito entre os partidos que não conseguiram resolver o seu diferendo, mantendo-se cada um nas suas posições, sem admitir qualquer concessão ao outro. O termo que se refere a uma situação parecida a esta é: estar em contencioso com alguém.

Mas o termo também significa o facto de um indivíduo ou uma organização poder levar a tribunal um diferendo ou conflito que não pôde ser resolvido de forma amigável. Fala-se, neste caso, de ir em contencioso ou de pôr em contencioso.

Para designar todos os litígios que podem ser resolvidos em tribunal, independentemente do domínio jurídico em causa, falamos de casos contenciosos, enquanto a expressão serviço de contencioso procura, dentro de uma empresa ou de uma organização, uma célula ou secção encarregada dos assuntos litigiosos ou contenciosos e suas soluções.

Juntamente com uma frase ou um qualificativo, como é o caso com o Contencioso Histórico (CH), o termo significa todas as regras e procedimentos particulares do Direito aplicáveis aos litígios de certa natureza.

Este estudo tem como objectivo elaborar uma compreensão do

Contencioso Histórico que opõe a França, a antiga potência colonial, aos Camarões, que é um Estado vassalo do primeiro, nascido de uma descolonização falhada propositadamente, de que a França é a principal responsável.

Parece adequado, tendo em conta as definições atrás dadas, esclarecer aquilo que o Contencioso Histórico não é e dizer em que consiste.

5
O QUE NÃO É O CONTENCIOSO HISTÓRICO

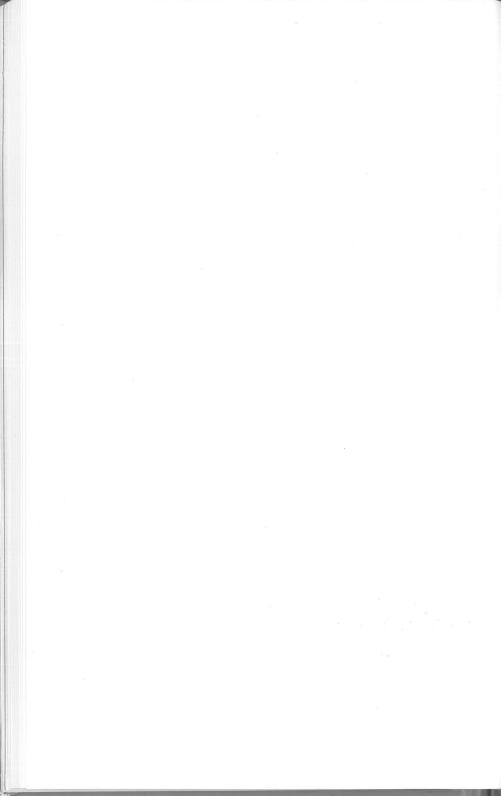
Este Contencioso Histórico que aqui estamos a discutir ultrapassou, do ponto de vista formal, o primeiro significado da palavra Contencioso, já atrás dado como sendo o facto de «estar-se em disputa com alguém», uma vez que a antiga potência colonial, a França, não tem qualquer relação conflituosa com o Estado dos Camarões, cuja «independência» foi proclamada em 1 de Janeiro de 1960. Pelo contrário, as autoridades dos dois Estados afirmam a existência de relações fraternais e fortes, assentes numa intensa História comum.

Veremos nos desenvolvimentos deste estudo se é mesmo assim.

O nosso Contencioso Histórico não se prende com uma acção judicial existente entre os dois Estados, nem os Camarões ou a França são um indivíduo ou uma organização, e nenhum deles tem colocado o outro em litígio de qualquer tipo.

Por razões óbvias, não se trata também de um departamento jurídico interno de uma empresa.

O que é, então, neste caso?

6

EM QUE CONSISTE O CONTENCIOSO HISTÓRICO

Pela primeira vez, no livro *A UPC Frente ao Marasmo Camaronês, o Espírito de Abril para a Salvação*[56], é abordado o Contencioso Histórico como a raiz do Mal camaronês[57].

Na obra África: *Meio* Século de *Independências Armadilhadas, os Casos dos Camarões e da República Democrática do Congo*[58], publicado pelo mesmo editor em 2009, é dado o tom:

«Existe um contencioso histórico franco-camaronês, um litígio que pode ser submetido à ONU e perante a justiça internacional, nomeadamente o Tribunal de Haia. O contencioso com a França colonial e colonialista é composto pelos actos criminosos cometidos pela ex-metrópole nos Camarões, 'colónia sob a sua tutela' de 1919 a 1959. Uma vez que o mandato concedido pela Liga das Nações à França depois do Tratado de Versalhes foi em grande parte desviado das suas primeiras disposições, há crimes que permaneceram impunes e que marcaram este 'território associado', que se tornou território da ONU sob a tutela francesa.»

O Contencioso Histórico aqui estudado refere-se, portanto, a todos os litígios de natureza política, jurídica e propriamente histórica que opõem a França aos Camarões e podem ser resolvidos em tribunal, assim como todas as regras e procedimentos particulares de Di-

---

[56] Daniel Yagnye Tom, L' Harmattan, 2004.

[57] Ver pp. 33 e 38.

[58] L' Harmattan, Paris, 2009, pp. 25-26.

reito aplicáveis a estes litígios. Deste ponto de vista, os nascidos num período remoto devem ser considerados como podendo ainda hoje ser objecto de processos jurídicos. É aqui que a categoria de genocídio apresenta particular interesse, uma vez que os crimes qualificados de genocídio são, enquanto crimes contra a humanidade, imprescritíveis por natureza e escapam à exigência que as leis prevêem para os crimes de Direito comum, que têm o efeito de impedir qualquer acção legal depois de passado o prazo fixado para tal.

Na verdade, o crime contra a humanidade, agora melhor definido pelo artigo 7.° do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, é considerado uma infracção criminal, incluindo o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e outros actos desumanos cometidos contra qualquer população civil. O crime contra a humanidade, como o crime de genocídio, faz parte do direito das populações civis, quer dizer, faz parte do direito comum a todas as nações, e cai sob a lei internacional, ou seja, a lei comum a todas as nações, estejam em guerra ou não.

Na perspectiva de uma procura de justiça para os crimes imputáveis à França nos Camarões, deveremos considerar se os crimes aqui discutidos se enquadram na categoria de genocídio ou de crimes contra a humanidade, como eles são encarados pela Carta das Nações Unidas na sua versão em vigor, assim como dos outros instrumentos internacionais.

7

GENOCÍDIO E CRIMES DA FRANÇA NOS CAMARÕES

Devemos esta noção a Raphael Lemkin[59], que a elaborou enquanto se debruçava sobre o genocídio arménio em 1915. Sob sua iniciativa, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, no dia 9 de Dezembro de 1948, a Convenção para a Prevenção e a Repressão (Punição) do Genocídio, cujo artigo 2.º define este crime como se segue:

«Na presente Convenção, o genocídio significa qualquer dos seguintes actos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

a) Assassinato de membros do grupo;
b) Danos graves contra a integridade física ou mental de membros do grupo;
c) Sujeição (submissão) intencional do grupo a condições de existência (vida) que possam provocar a sua destruição física, total ou parcial;
d) Imposição de medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
e) Transferência forçada de crianças do grupo para um outro grupo.»

O artigo 3.º esclarece:

«Os seguintes actos serão puníveis:

a) O genocídio;
b) A conspiração com vista a cometer o genocídio;
c) O incitamento directo e público a cometer o genocídio;

---

[59] Raphael Lemkin (1900-1959), advogado bielorrusso de origem judaica. Iniciador da Convenção sobre o genocídio.

d) A tentativa de genocídio;
e) A cumplicidade no genocídio.»

É conveniente considerar de que modo o Contencioso Histórico surge nos Camarões e como o genocídio pode ser comprovado.

A França é responsável pelo bombardeamento com napalm no país Bamileke e nos Camarões, e a sua intenção de destruir total ou parcialmente este grupo é evidenciada pelos textos programáticos e pela técnica implementada nestes bombardeamentos, como está reflectido em muitos escritos e na audição de testemunhos oculares e de actores que ainda vivem e se lembram deste período trágico da História do nosso país.

O testemunho de Max Bardet, piloto do corpo expedicionário francês que despejou o napalm: «Durante dois anos, a partir de 1962 até 1964, as forças armadas regulares francesas devastaram completamente o país Bamileke. Massacraram entre 300 000 a 400 000 pessoas. Um verdadeiro genocídio. Praticamente aniquilaram a raça. As lanças contra as armas automáticas, os Bamileke não tinham nenhuma saída (...) As aldeias foram devastadas, um pouco como em Atila.»

Num livro, o coronel francês Lamberton escreveu: «Os Camarões vão para a independência com uma pedra no sapato, os Bamileke». Ele vai tentar provar que os Bamileke são estrangeiros neste país e não têm qualquer ligação às outras populações? Não. Ele irá atribuir aos Bamileke intenções hegemónicas, tornando esta população um inimigo a abater dentro de casa. As derivas identitárias e a histeria tribalista que domina o país em intervalos regulares têm como pretexto os discursos etnicistas inspirados pelas teses de Lamberton.

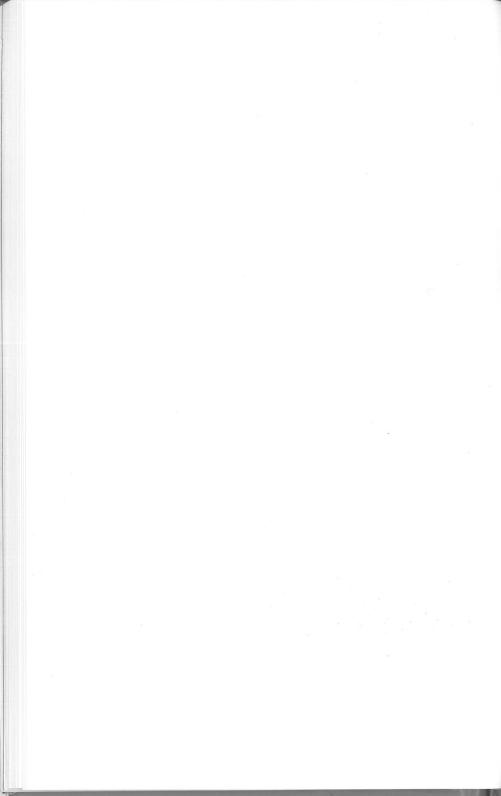
Além disso, a França ergueu campos de concentração no país Bassa para poder controlar totalmente os movimentos das populações e também para fazer uma escala curta para os nacionalistas no mato. Neste contexto de fome generalizada, de anarquia absoluta e de não Direito, a França ordenou às suas tropas coloniais o fuzilamento de

qualquer pessoa encontrada fora dos campos.

Como resultado disso, milhares de camaroneses foram mortos e enterrados em valas comuns que os moradores ainda hoje não conseguem identificar.

Mas a intenção específica de cometer o genocídio também é evidente no facto de na base de tudo isto haver uma ideologia, toda uma organização e uma logística fornecida pelo império francês, levadas pelos seus funcionários.

As disposições subsequentes definem os mecanismos para o desencadear dos procedimentos jurídicos, assim como as competências neste campo.

8

COMO ENQUADRAR O CONTENCIOSO HISTÓRICO

Nos Camarões, o Contencioso Histórico é um processo jurídico a mover contra a França pelos seus crimes durante e após o período da luta pelas independências africanas, contra os heróis nacionalistas, as populações civis e os jovens Estados que nasciam e que até hoje ela ainda não reconheceu.

No caso específico dos Camarões, trata-se dos acordos de tutela de 1946, dos acontecimentos ocorridos em Maio de 1955, da proibição da UPC, da implementação de uma lei chamada Lei Quadro reservada apenas às colónias francesas, enquanto oficialmente os Camarões nunca foram colónia (o ministro francês do Ultramar, Gaston Deferre, tinha assegurado ao presidente da Assembleia Territorial dos Camarões, Soppo Priso, que a Lei Quadro não iria ser implementada nos Camarões, tendo em conta o estatuto particular deste território sob tutela), dos assassinatos dos líderes da UPC e dos seus membros, da perseguição dos seus militantes, do bombardeamento com napalm no país Bamileke, causando centenas de milhares de mortos, a criação dos campos de concentração... e os outros crimes por estabelecer. No seu livro recentemente publicado, Bouopda Kame[60] coloca todos estes crimes por conta dos heróis nacionalistas e tenta justificar a França. Pode dizer-se o mesmo de Émile Mpoudi Ekwa[61].

---

[60] Autor de vários livros, o mais recente publicado em 2012, *Cameroun: Les crises majeures de la présidence Paul Biya*. L' Harmattan.

[61] Autor do livro *Cameroun: l'héroïsme introuvable des «martyrs» de l'indépendance — déconstruction d'un mythe!*

9

ORIGEM DO CONTENCIOSO HISTÓRICO

O Contencioso Histórico é de origem colonial e envolve, principalmente, a França e a Grã-Bretanha, potências tutelares de 1946 até 1960. Em qualquer caso, num recente documentário, *Camarões — A Autópsia de uma Independência*[62], altas autoridades francesas, incluindo em particular Jean Foyer, ministro francês para a Cooperação entre 1960 e 1962, salientam claramente o papel da França[63]. O mesmo se passa numa conferência ainda actual: *Camarões, uma guerra escondida nas origens da França-África*[64]. Este envolvimento é também claramente visível no artigo 1.° do regime da tutela votado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovando o regime tutelar para os Camarões britânicos[65].

O artigo 75.° da Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco no dia 26 de Junho de 1946, prevê a criação de um regime internacional de tutela, e o artigo 77.° a aplicação deste regime para os territórios anteriormente sob o regime do Mandato.

Os Camarões britânicos tinham sido, até então, administrados em conformidade com o artigo 22.° do Pacto da Sociedade das Nações (SDN). A transição para o regime de tutela insistiu no respeito das disposições em conformidade com este regime ao abrigo da Carta das

---

[62] Realizado por Gaëlle Le Roy e Valérie Osouf.

[63] Ver: www.youtube.com/watch?v=f8rJGORp87o.

[64] Ver: www.youtube.com/watch?v=jstaVFRzVpg.

[65] Ver: http://www.cinquantenaires-cameroun.org/fr/documents/accord_de_tutelle_sous_administration_britanique.pdf.

Nações Unidas, nomeadamente os artigos 57.º, 76.º, 76.º b, 83.º ou 85.º, 87.º, 88º, cujas aplicações específicas vamos examinar de modo breve.

Os acordos de tutela, que colocaram os Camarões Orientais sob supervisão francesa, teve início no dia 13 de Dezembro de 1946. Estes acordos foram assinados sem o consentimento do povo camaronês, contrariamente ao que diziam os representantes da França na Organização das Nações Unidas. Aqueles faziam-se acompanhar de lacaios camaroneses, o que atestava a má-fé dos franceses, implicando a nulidades desses mesmos acordos.

A Constituição francesa de 27 de Outubro de 1946 já tinha transformado os então Camarões em «território associado» incorporado na União Francesa.

Categoria intermédia, não sendo um território do ultramar (o que teria feito dos Camarões uma colectividade pública e uma parte integrante do território francês) nem um «Estado associado» (o que lhe teria permitido estar representado na Assembleia da União Francesa), o território associado dos Camarões tornara-se, depois de muitas voltas, e graças a uma lei promulgada sob Guy Mollet, «Estado sob tutela dos Camarões» (Decreto n.º 57-501 de 16 de Abril de 1957 sobre o Estatuto dos Camarões).

A União Francesa, da qual os Camarões faziam parte, foi dissolvida no dia 4 de Outubro de 1958 e substituída pela Comunidade Francesa.

Ao contrário da União, que era conforme ao Direito Internacional e envolvia a França, os seus territórios ultramarinos e os Estados associados, a Comunidade só dependia duma lei interna, que abrangia apenas a França e incorporava alguns dos seus territórios ultramarinos.

Os Camarões franceses nunca fizeram parte da Comunidade. Consequentemente, o governo francês de Michel Debré iria impor a ordem n.º 58-1375 do dia 30 de Dezembro de 1958, transformando-os em «Estado dos Camarões».

Foi este Estado dos Camarões sob tutela francesa que se tornou

«independente» em 1 de Janeiro de 1960, tomando o nome de «República dos Camarões».

Um referendo realizado sob os auspícios da ONU de 1959 até 1961 levou a parte britânica do Northern Cameroons a juntar-se à Nigéria no dia 1 de Junho de 1961, tornando-se independente.

A jovem república dos Camarões havia recorrido às Nações Unidas e à Grã-Bretanha depois dessas eleições, por causa das fraudes generalizadas, mas esses pedidos de recurso nunca tiveram respostas positivas: a França e a Grã-Bretanha já tinham intenção de dividir os Camarões em Norte (para a Nigéria) e Sul (para os Camarões).

A situação dos Southern Cameroons era problemática. Numerosos foram os encontros e negociações entre Amadou Ahidjo e John Ngu Foncha, que levaram à Conferência da cidade de Foumban, onde se concluiu a criação de um Estado Federal no 1 de Outubro de 1961, composto pela República dos Camarões «independente» em 1 de Janeiro de 1960, e dos Camarões do Sul britânico.

Este acordo foi violado em 1972 duma forma muito cínica, que lançou as bases das reivindicações separatistas que agitaram a opinião pública durante mais de vinte anos.

A França e a Grã-Bretanha não são estranhas a esta situação: a França, apoiada pela Grã-Bretanha, com a conivência do Ocidente, criou um Contencioso nacional com a anexação de 1972 como a parte mais visível da sua agressão.

Era absolutamente necessário contornar a agenda upecista, que favorecia a reunificação como uma pré-condição indispensável para a independência, o que levava os Camarões para um federalismo por via do diálogo!

Mas a proclamação unilateral da República dos Camarões, em 1984, exacerbou o sentimento de anexação e de marginalização dos cidadãos camaroneses da margem esquerda do rio Mungo.

Ao contrário do que tem sido feito nos últimos anos pela UPC,

que não deu ao problema dos Camarões Ocidental a importância que merece, teremos de fazer com que a nova dinâmica para a reconstrução da UPC se pronuncie abertamente pelo Federalismo, não só para corrigir os erros do passado, mas também para iniciar um grande trabalho com os camaroneses «anglófonos». Deste modo, poderemos criar as condições para o mesmo sentimento do passado comum, com a mesma pertença nacional e um futuro comum «entre os anglófonos» e os «francófonos».

Assim, ao referirmos por alto o nível de envolvimento do governo francês no destino do nosso país, podemos avaliar a medida da sua responsabilidade nos acontecimentos que iriam marcar permanentemente e duma maneira trágica, que dura até hoje, a História do nosso país.

Este breve resumo não se debruça sobre a situação especial da UPC, que será considerada nos desenvolvimentos posteriores.

10
A DUPLA PATERNIDADE DO CONTENCIOSO HISTÓRICO

O Contencioso Histórico tem uma dupla paternidade: Aujoulatista e Gaullista.

Louis-Paul Aujoulat, médico de origem argelina, nascido a 28 de Agosto de 1910, chegou aos Camarões em 1935 e ficou até 1956. Foi deputado da primeira Assembleia Constituinte, em 1946. O seu objectivo principal foi ligar os Camarões à União Francesa, seleccionando as elites camaronesas favoráveis à preservação dos interesses franceses, que aceitariam exercer o poder, jogando um papel secundário e artificial. Foi ministro e trabalhou na Organização Mundial da Saúde.

De Gaulle, carismático líder da resistência francesa contra a ocupação nazi, faz parte dos Chefes de Estado franceses mais venerados da História da França. Acabou por fazer dos países africanos aquilo que ele mesmo combateu contra o nazismo alemão, ou seja, aquilo que ele não quis que os nazis fizessem em França. Pierre Messmer, o militar regressado do Vietname, onde acabara de perder para Ho Chi Minh, e que assumiu as funções de Alto-comissário da França nos Camarões, escreveu nas suas *Memórias* como relatou ao General De Gaulle que a violência política planeada e implementada neste território estava na fase da sua ressurreição política, e conclui que o General escutou com interesse e não se opôs. Mais tarde, De Gaulle vai incumbir Jacques Foccart, responsável pela Unidade Africana do Eliseu (a presidência francesa), a missão de infiltrar e dirigir as independências dos países africanos francófonos, garantindo que os nacionalistas fossem esma-

gados, e que só chegassem ao poder os homens fiéis, fazendo parte do círculo oculto.

Obviamente, não se trata de minimizar o papel dos homens políticos africanos, nomeadamente nos Camarões, Mbida[66], Ahidjo e Companhia. Mas a França não está sozinha. Recebeu uma valiosa contribuição militar e diplomática da Grã-Bretanha. Sem este apoio, a derrota dos independentistas não era possível.

[66] André-Marie Mbida (1917-1980). Várias vezes deputado da Assembleia territorial, deputado francês da quarta república, primeiro primeiro-ministro do Estado sob tutela dos Camarões a partir de 12 de Maio de 1957 até 16 de Fevereiro de 1958, quando a França preferiu Ahmadou Ahidjo.

11

DA COLABORAÇÃO

A definição desta colaboração irá permitir situar, desde o início, a natureza do Contencioso Histórico, que é o propósito desta reflexão. De acordo com o professor Jean-Charles Coovi Gomez[67]:

«A colaboração é o envolvimento político e intelectual consciente, que consiste em favorecer as relações estreitas, sentimentais, íntimas com o poder colonial dominante, fazendo passar, antes de tudo, essas relações como indispensáveis para a nossa sobrevivência, porque naturais.»

O Prof. Coovi explica que esta abordagem é semelhante a:

«(...) uma derrota do espírito e do pensamento que considera, à priori, irreversível o mito da superioridade do Ocidente.» A partir daí, as principais figuras africanas de primeiro plano «forjaram — disse ele — uma espécie de divisão do trabalho que, em virtude da interdependência de todas as nações, alguns têm o privilégio de conduzir e guiar o mundo», enquanto «os outros têm por vocação fornecer as matérias-primas. Por isso, o Ocidente tem o monopólio da inteligência, e a África, com os seus recursos naturais, pode, colaborando lealmente, por sua vez, beneficiar da transferência de tecnologia».

A responsabilidade africana não pode, portanto, ser evitada ou escamoteada, mas essas elites africanas são simplesmente marionetas do poder colonial que, na sombra, puxa os cordelinhos e coloca os seus peões no tabuleiro de xadrez político, no contexto da França-África, tal como definida atrás.

François-Xavier Verschave explica como funciona:

A França-África é o que foi pensado e materializado em 1960,

[67] Historiador e politólogo.

quando De Gaulle, devido à pressão da História, teve de conceder a independência aos países africanos. Na altura, decretou uma nova legalidade internacional: a independência. Ao mesmo tempo, instruiu o seu braço direito, Jacques Foccart, para fazer exactamente o oposto, por três ou quatro razões:

— Em primeiro lugar, para manter o papel da França na ONU com um cortejo de Estados clientes submissos.

— Para manter o acesso às matérias-primas estratégicas: petróleo, urânio, ou outras suculentas, como a madeira, o cacau, etc.

— Para manter o financiamento da vida política francesa (...).

— A quarta razão é o papel relevante da França durante a Guerra Fria ao serviço do campo ocidental, evitando que uma parte da África mudasse de campo, passando para o lado do bloco comunista[68].

Verschave explica, então:

«Se se decreta uma nova legalidade internacional e se faz exactamente o contrário do que deve ser feito, o que estamos a fazer é ilegal, e só pode ser feito de modo oculto, escondido. E é por isso que todas essas relações franco-africanas são, na sua maioria, escondidas dos olhos do público, porque eles não podem ser assumidas, uma vez que a nova legalidade é a independência. Noutras palavras, a França-África é como a ponta de um *iceberg*: está 10% fora de água (a França, a pátria dos direitos humanos, a melhor amiga da África, generosa, etc.), uma face sem manchas da relação Franco-Africana, e está 90% submerso, que é a realidade profunda da relação Franco-Africana, o sistema criado por Jacques Foccart, visando manter a dependência. Quais foram esses meios ocultos? (...) O primeiro era escolher para chefes de Estado apenas os amigos da França, muitas vezes também com nacionalidade francesa, às vezes meros agentes dos serviços se-

---

[68] A França-África explicada por François-Xavier Verschave: www.youtube.com/watch?v=_07Uf3zBp3M

cretos franceses, Omar Bongo[69] (...). Por isso, foram escolhidos os procônsules com pele negra.»

Mas como foram escolhidos? No caso específico dos Camarões, Verschave explica:

«Primeiro começaram com uma terrível guerra civil nos Camarões, onde morreram entre 100 000 a 400 000 pessoas, uma Guerra comparável à do Vietname, que não consta em nenhum livro de História.»

A segunda ilustração é explicada pela História dolorosa do Togo:

«Depois, assassinaram os líderes legítimos eleitos pela população, como Sylvanus Olympio, no Togo, que foi assassinado por quatro sargentos chefes das forças francesas saídos da guerra na Argélia, um dos quais ainda está no poder, Eyadema (entretanto morreu em 2005), sob a supervisão do oficial francês responsável pela sua segurança»[70].

Sylvanus Olympio (6 de Setembro de 1902 até ao dia do seu assassinato a 13 de Janeiro de 1963) foi presidente de 1961 até 1963. Estudou no London School of Economics, oriundo de uma família rica de origem brasileira, tinha grande ligação com os países anglófonos e preferia a cooperação com a Alemanha, antiga potência colonial. Ficou muito desapontado com a França quando foi preso durante a II Guerra Mundial, enquanto o Togo passou no controlo da França de Vichy. Sylvanus Olympio fez de Ahmed Sekou Touré[71]

---

[69] Ocupou o cargo de presidente da República Gabonesa durante 42 anos, de 1967 a 2009.

[70] Enquanto isso, generalíssimo Gnassingbé Eyadéma morreu e foi sucedido pelo seu filho Faure Eyadema.

[71] (1922-1984), primeiro Presidente da República de Guiné-Conacri de 1958 a 1984. Presidente do PDG, Partido Democrático de Guiné. Fez campanha pelo «NÃO» em 1958 para a Independência quando o general Charles De Gaulle quis criar uma Comunidade Federal com a França. Com a independência, a França retirou do país todos os profissionais francesas e todo o material de transporte.

seu conselheiro especial no governo, em 1960. Olímpio não figurava nas alianças da França com as ex-colónias.

Na República Centro-Africana

Barthélemy Boganda, por exemplo, morreu num suspeito acidente de avião. Assim foi feita, primeiro, uma grande limpeza da casa, depois os outros foram promovidos através da fraude eleitoral ou da corrupção, os meios clássicos.

Boganda, o primeiro padre católico deste país, teve uma rica actividade política entre 1946 e 1959. Preconizava um grande Estado Único, com o Congo e o Chade. Na verdade, como me disse o professor Abel Goumba[72], aqui em Luanda, Boganda queria a união também com os Camarões. Morreu numa queda de avião cujas circunstâncias se mantêm até hoje por esclarecer. Depois da sua morte, David Dacko[73], seu primo, tomou o poder...

No dia 31 de Dezembro de 1965, Jean Bedel Bokassa[74], antigo militar ligado à França, coronel e chefe do Estado-Maior, realizava o seu golpe de Estado.

Uns anos depois, enquanto Bokassa se encontrava em Tripoli, as tropas francesas da operação Barracuda (Setembro de 1979 até Setembro de 1981) fizeram o golpe de Estado para repor David Dacko no poder. E, assim, a França continuou as suas ingerências militares, até este país se tornar impossível de governar por falta de um Estado viável.

---

[72] Foi primeiro-ministro (Março a Dezembro de 2003) e vice-presidente (2003-2005) da República Centro-Africana.

[73] (1930-2003). Primeiro Presidente da República Centro-Africana de 1960 até 1966 e terceiro Presidente da República 1979 até 1981.

[74] (1921-1996). Segundo presidente da República Centro-Africana de 1966 a 1996. Imperador de 1996 a 1979, quando foi deposto pelo golpe militar de David Dacko.

No Gabão

O primeiro presidente do Gabão independente foi Léon Mba[75], que não queria esta independência por que preferia a «departamentalização». Para ele, o Gabão deveria manter-se como um departamento da França, com a bandeira francesa, e etc...

Na noite de 17 para 18 de Fevereiro de 1964, os militares gaboneses prenderam, sem golpes de fogo, o presidente da Assembleia Nacional, Léon Mba, e formaram um governo provisório dirigido por Jean Hilaire Aubame, grande rival de Mba. O general De Gaulle, que apreciava muito os privilégios de Léon Mba, ordenou uma intervenção militar das forças armadas francesas com 2000 soldados vindos de Dakar e de Brazzaville, que desembarcaram na noite de 18 para 19 e repuseram Mba no poder.

Albert-Bernard Bongo, pai do actual presidente do Gabão, Ali Bongo, era chefe de Gabinete de Léon Mba. Escolhido pelos serviços franceses, foi nomeado, primeiro, ministro delegado para a presidência, depois vice-presidente de Mba, velho e muito doente, hospitalizado em Paris, onde acabaria por falecer, tornando-se assim Bongo o segundo presidente do Gabão. No seu reinado, houve também algumas ingerências militares francesas, como por exemplo em Maio de 1990, sob o pretexto da evacuação dos 1800 estrangeiros. O mesmo cenário em 1997, no Congo-Brazzaville, e em 1998, no Congo Democrático.

No Chade

Neste país houve várias intervenções militares francesas, e entre 1968 e 1972 morreram cerca de 38 militares francesas nas operações

[75] Primeiro presidente do Gabão entre 1961-1967, embora o seu partido, o BDG, Bloco Democrático Gabonês, fosse menos influente do que a UDSG (União Democrática e Social Gabonesa, do federalista Jean Hilaire Aubame).

«Limousin e Bison», no Tibesti, contra o Frolinat[76], a Frente de Libertação Nacional do Chade. Houve uma outra intervenção francesa de Março de 1978 até Maio de 1980 contra a mesma Frolinat.

A partir do dia 18 de Agosto de 1983 até Fevereiro de 1986, 4000 soldados franceses apoiavam o presidente Hissene Habre[77] contra Goukouni Oueddei[78]. Habre está actualmente a ser julgado em Dakar, por crimes contra a humanidade...

Em 2006, no mês de Fevereiro, a aviação francesa salvava N'Djamena das forças que estavam a 250 quilómetros da capital para se instalarem no aeroporto, em 2008.

Na Costa do Marfim

Tendo em conta a importância económica e geoestratégica deste país, torna-se necessário apresentar alguns pormenores, o que acabou por hipotecar os anseios das populações desta região e do continente. A verdade é que Félix Houphouet-Boigny, o primeiro presidente da Costa do Marfim, estava contra as independências da África dita francófona.

«No Congresso de Bamako, em 1946, a tese da autonomia, quer dizer, da independência, prevaleceu contra a minha vontade. Mas eles queriam que eu fosse o presidente do Movimento. Como me recusava a aceitar as funções que iriam obrigar-me a tomar as decisões que não aceitaria, o debate foi reaberto, a minha ganhou por muito pouco (!) e consegui tomar a presidência... Foi assim que, em vez de um combate para a independência, acabámos por escolher a adesão à Comunidade Francesa. A minha satisfação hoje é que esta tese constitui a tese de

---

[76] Front de Libération Nationale du Tchad, no original francês.

[77] Nasceu em 1942. Do partido Frolinat, Frente da Libertação do Chade. Terceiro presidente deste país de 1982 até 1990.

[78] Nasceu em 1944. Foi chefe de Estado do Chade de 1979 a 1982, quando foi derrubado pelo Hissene Habre.

toda a RDA, mas também se tornou a tese de todos os partidos políticos africanos.»

Esta frase foi retirada de uma entrevista a Houphouet-Boigny (com algumas mentiras, porque nem todos os partidos aceitaram a adesão à Comunidade francesa, a UPC dos Camarões e o PDG da Guiné, por exemplo, não aceitaram) publicada no jornal francês *Le Monde*, no dia 4 de Outubro de 1957, sobre a reunião constitutiva do Rassemblement Democratique Africain (RDA).

Mas há outras saídas espectaculares de Houphouet-Boigny, como, por exemplo, que a escolha da África apenas pode ser a «criação de uma África nova e próspera no seio de uma União Francesa forte e fraternal», da tese em Ciências Políticas de J. Ndong Obiang[79]. «(...) A Costa do Marfim fez a sua escolha no que lhe toca. Qualquer que seja a situação, aderira directamente à Comunidade Franco Africana. Com um Executivo federal, sim, mas em Paris e não em Dakar»[80]. E ainda, mais tarde, quando Houphouet foi informado da decisão, sem o consultar, de De Gaulle (que foi forçado) de «oferecer» a independência a quem a quisesse, deixando assim a nascida-morta Comunidade Francesa. Houphouet-Boigny, desgastado, disse: «Esperei a Federação com as minhas flores murchas (...) a Comunidade foi elaborada sem nós e fora de nós, e contrariamente aos nossos desejos, que eram de uma organização federal (...)».

Senegal, Dahomey (actual Benim), Alto Volta (actual Burkina Faso) e Sudão francês (actual Mali)

Os representantes destes países decidiram em Dakar, no dia 17 de Janeiro de 1959, a criação de uma Federação do Mali. Decisão que

[79] OUA — Organização da Unidade Africana e a luta pela independência, 1972 p. 39.
[80] Em *Afrique Nouvelle*, 18 de Abril de 1958.

caiu mal à França, que pôs uma acção contra Houphouet-Boigny, tendo em conta as estreitas relações económicas entre a Costa do Marfim e o Alto Volta. Assim que o Alto Volta e Dahomey abandonaram este projecto de Federação do Mali, que ficou reduzido ao Senegal e ao Sudão francês, Senghor[81], do Senegal, e Modibo Keita[82] não podiam entender-se porque tinham, cada um, um conceito diferente da Federação: Senghor era pelas teses francesas, enquanto Modibo Keita era um nacionalista pan-africanista, ou seja, um pan-africano socialista.

Na Guiné-Conacri

A Guiné-Conacri é uma excepção: recebeu a sua independência sem uma luta armada graças a um contexto em que, ultrapassada pelas guerras nos Camarões e em Argélia, a França não foi capaz de abrir uma terceira frente na Guiné... Em geral, diz-se que depois de Ahmed Sekou Touré e da Guiné dizerem «Não», De Gaulle ofereceu a independência. Desde quando a independência se oferece?

Para as suas independências, a Guiné-Conacri e a Argélia beneficiaram, assim, da resistência armada da União das Populações dos Camarões. Não podendo continuar com as duas frentes ao mesmo tempo, a França mobilizou-se totalmente para a sua guerra nos Camarões, tirando os seus militares da Argélia para os Camarões, depois dos acordos de Evian[83], que deram a independência à Argélia.

---

[81] Léopold Sédar Senghor (1906-2001), escritor membro da academia francesa, político, ideólogo do conceito «negritude» juntamente com o poeta antilhano Aimé Césaire. Primeiro Presidente do Senegal. Presidente da Falhida, Federação do Mali que englobava o Senegal e o Mali.

[82] Primeiro Presidente da República do Mali, entre 1960 e 1968. Nasceu em 1915 e morreu em 1977. Pan-africanista e Socialista, de 17 de Janeiro de 1960 até 20 de Agosto de 1960 foi presidente da Assembleia Federal e Chefe do Governo da Federação do Mali, enquanto Leopoldo Sedar Senghor era presidente.

[83] Estes acordos puseram fim a sete anos e cinco meses de guerra durante a qual

Mas o Presidente Sekou Touré: «Conheceu tantas conspirações em dois anos, que por fim (...) acabou por se tornar paranóico, o que acabou por mudar os seus planos, pondo-o fora do jogo. (...) Por isso, puseram no poder uma série de chefes de Estado amigos, dependentes deles, para manter o sistema com um conjunto de mecanismos paralelos.»

Entre esses mecanismos, Verschave refere a presença de mercenários, como Bob Denard[84], que na verdade era um:

«Verdadeiro-falso mercenário, porque quando esteva num julgamento, todos os serviços secretos vinham dizer: mas o senhor Denard trabalha para nós. Não é um mercenário, é um pirata da república, uma prova de que fazia parte dos meios ocultos.»

Há também outros meios «muito mais subtis, muito mais fortes», diz Verschave. Por exemplo, a sociedade Elf, «testa de ferro dos serviços secretos franceses», que procurava milhares de milhões com a venda do petróleo africano para realizar algumas acções secretas, como o financiamento da guerra da França contra a Nigéria, a Guerra do Biafra[85], «para controlar uma parte de petróleo da Nigéria», mas também para financiar «uma série de golpes de Estado, as guerras civis, o tráfico de armas». Verschave também refere o caso de empresas de segurança que cobravam três vezes mais os seus serviços, a fim de terem os meios necessários para as suas acções. Ele conclui assim:

---

morreram cerca de milhão e meio de argelinos, segundo o Estado argelino; do lado francês foram 28 500 mortos. Os acordos foram o resultado de negociações entre os representantes da França e do Governo Provisório da República Argelina (GPRA), tendo sido assinados no dia 18 de Março de 1962, em Evian.

[84] Bob Denard (1929-2007), um dos mais famosos mercenários desde a Segunda Guerra Mundial. Fomentou vários golpes nos países africanos. Serviu a marinha francesa na guerra na Indochina, efectuou muitos trabalhos para Jacques Foccart e foi o «apoio secreto» do governo francês.

[85] Durou de 6 de Junho de 1967 até 15 de Janeiro de 1970. Houve mais de um milhão de mortos. A guerra foi liderada pelo separatista Odumegwu Ojukwu, tendo sido causada pela tentativa de secessão das províncias ao Sudoeste da Nigéria, com a autoproclamada República do Biafra, rica em petróleo.

«Então, nós colocámos um monte de mecanismos que permitiam bombear o dinheiro (...). As bombas para tirar dinheiro que permitiram subtrair grande parte da substância dos recursos africanos e extrair graças ao franco CFA», cuja conversibilidade era a «maneira mais segura para extrair os recursos da África».

Este último meio faz parte dos mecanismos mais complexos. Assim:

«Estamos num mecanismo de zero graus de independência (...) para acabar com a total independência.»

12
ALGUNS ASPECTOS DAS RELAÇÕES WASHINGTON-PARIS EM ÁFRICA

O que nós estamos hoje a viver com o envio das tropas americanas para os Camarões pelo presidente Barack Obama pode ser equiparado ao que se passou com a Bélgica e os Estados Unidos de América (EUA) no início nos anos Sessenta.

De um modo geral podemos dizer que a França e a Bélgica usaram, e conseguiram com certa destreza, tirar partido das divergências da Guerra Fria ligadas aos apetites dos americanos.

Este dois países beneficiaram assim do apoio político-diplomático e militar dos EUA para instrumentalizar a Organização das Nações Unidas que era suposta ser neutra na sua fundação e até mesmo favorável aos recém-criados Estados Africanos.

Enquanto a França e a Bélgica tinham como principal objectivo usurpar as Independências dos novos estados africanos, Washington, que sempre apoiou a descolonização africana, depois da «desgostosa» Conferência de Brazzaville, em 1944, jogava em função dos seus próprios interesses, consciente das graves debilidades dos países europeus fragilizados pela guerra contra a Alemanha nazi.

A República Democrática do Congo aparece assim como um exemplo perfeito onde a operação militar das Nações Unidas foi montada à medida dos interesses americanos, com o «agente Americano» Mobutu[86] a tomar finalmente o poder político.

---

[86] Mobutu Sese Seko (1930-1997) foi o presidente do Zaire (actual República Democrática do Congo) entre 1965 e 1997.

O comportamento de conivência da França — que chegou a negar pagar a sua quota das despesas das operações da ONU e sempre se absteve no Conselho de Segurança quando se tomavam as resoluções para a saída do Congo dos soldados belgas e dos outros mercenários, sob o pretexto de não se meter nos assuntos internos do Congo —, mudou completamente quando começou a pagar a Bob Denard e aos seus mercenários para socorrer a secessão de Moïse Kapenda Tshombe[87].

No dia 16 de Fevereiro de 1961, em Accra no Gana, o presidente Kwame Nkrumah dizia: «Lumumba foi morto com a conivência aberta da Organização das Nações Unidas. As Nações Unidas que Lumumba tinha trazido no Congo não preservaram a lei e a ordem e negaram ao governo legítimo do Congo todos os outros meios de autoprotecção».

No mesmo dia, em Bamako, Mali, o presidente maliano Modibo Keita dizia: «Enquanto a estrutura e as concepções actuais da ONU não forem profundamente modificadas, nenhum governo nacional africano terá mais confiança nas Nações Unidas».

No dia seguinte, 17 de Fevereiro de 1961, em Deli, Índia, o primeiro-ministro indiano Nehru[88] declarava: «No terreno político, a Organização das Nações Unidas tornou-se passiva e sua inactividade favorecia aqueles que tomaram o poder por meios ilegais».

O tempo passou e a África continua amnésica.

A presença militar americana nos Camarões serve os interesses geopolíticos americanos e ocidentais e está relacionada com as matérias-primas estratégicas e o petróleo.

---

[87] Moïse Kapenda Tshombe (1919-1969) entrou na política, fundando o partido CONAKAT, que propunha a independência do Katanga. Nas eleições legislativas de 1960, o partido assumiu o poder naquela província. Tshombe e o CONAKAT declararam a secessão do resto do Congo em 11 de Julho de 1960.

[88] Jawaharlal Nehru (1889-1964). Foi o primeiro primeiro-ministro da Índia, desde 1947 até 1964.

Esta presença é uma demonstração da impotência e da incompetência de um regime que está no poder há cerca de sessenta anos (Mbida, Ahidjo, Biya), mas que não conseguiu dar aos Camarões umas forças armadas capazes de defender o país.

A razão fundamental desta incapacidade reside no contencioso histórico: as forças armadas camaronesas foram criadas e formatadas pela frança, para reprimir as populações dos camarões que lutavam pela reunificação e a independência. este formato mantém-se até hoje e elas não podem assim combater Boko Haram[89].

O governo dos Camarões tem medo das suas próprias populações e não pode equipar adequadamente as suas forças armadas.

Do outro lado, a França está a ser cada vez mais contestada nos Camarões e no Continente em geral os sentimentos «antifranceses» vão crescendo. Como a França não pode intervir militarmente de modo aberto nos Camarões, passou a mão para os americanos.

Onde está a União Africana?

As soluções militares no nosso continente devem ser somente Pan-africanas. Todas as forças militares não africanas deverão sair do continente.

Do Afeganistão para o Iraque, passando pela Somália e a Líbia, onde foi que as forças americanas resolveram os problemas?

A eterna presença militar estrangeira na República Democrática do Congo não resolveu os problemas do Congo. Angola ganhou a Paz graças aos esforços dos seus próprios filhos, porque enquanto as UNAVEM (missões de verificação das Nações Unidas) se mantiveram em Angola não havia nenhuma esperança de paz.

A presença militar americana nos Camarões não é bem-vinda

---

[89] Organização fundamentalista islâmica de métodos terroristas que busca a imposição da lei Charia no norte da Nigéria. A organização geralmente atacava somente na Nigéria e refugiava-se nos países limítrofes. Hoje, ataca também o Chade, os Camarões e o Níger desde que se criou a coligação desses países para lutar contra ela.

porque não resolverá o problema, bem pelo contrário exacerbá-lo-á. Os americanos farão tudo para tornar esta presença necessária para os seus interesses hegemónicos e para contrariar a influência chinesa.

O problema camaronês só terá uma solução com a resolução do Contencioso Histórico.

13

PORQUÊ SÓ AGORA?

Porquê só agora se fala do Contencioso Histórico? Cada coisa tem o seu tempo. Nunca é tarde de mais para fazer bem as coisas.

Pensamos que a situação geral africana conheceu, nestas últimas décadas, algumas mudanças significativas que, associadas a factores globais, permitiram levantar este problema crucial da vida dos povos africanos com ligação colonial à França.

Podemos lembrar o quadro eufórico continental durante as independências dos anos sessenta, que fez passar despercebida a grande fraqueza da Organização de Unidade Africana (OUA) no momento da sua criação, com o recuo das ideias pan-africanas ligado à vitória do Grupo de Monróvia sobre o Grupo de Casablanca, a forte presença hegemónica da França nos países africanos desde as pseudo-independências, a fraqueza das forças de oposição política nesses países.

Do dia 3 ao dia 7 de Janeiro de 1961, reuniram-se numa Conferência em Casablanca, em Marrocos, os seguintes países: Egipto, Gana, Guiné, Marrocos, Tunísia e o GPRA — Governo Provisório da República da Argélia. A Carta desses países estipulava o apoio aos Movimentos Revolucionários anticolonialistas africanos, em particular na Argélia e nos Camarões.

Do dia 8 ao dia 12 de Maio de 1961, quatro meses depois, houve uma outra Conferência em Monróvia, na Libéria, na qual participaram 21 países, entre os quais todos os africanos francófonos, excepto a Guiné. A carta desta Conferência estipulava a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, a condenação sem reserva de qualquer acção subversiva fora dos Estados fronteiriços, a Unidade Africana a

realizar não deveria ser com a integração política dos Estados africanos, o que contrastava com as ideias progressistas de Kwame Nkrumah[90], que queria a unidade política dos países.

Em Maio de 1963, aquando da criação da OUA, foram as teses de Monróvia que prevaleceram, e criou-se uma Organização pan-africana sem grandes ambições políticas, que mostrou os seus limites na resolução dos problemas do continente. Esta fraqueza da OUA teve uma forte influência na política africana em geral, na divulgação e na defesa das ideias pan-africanas no continente.

Durante este período, houve várias ingerências e intervenções militares francesas nesses países francófonos, o que limitava as veleidades de saída do aperto francês.

Ao mesmo tempo, quase toda a infra-estrutura económica e financeira se mantinha sob o controlo da França, com o uso do Franco CFA e o Tesouro central dos bancos desses países instalado em Paris.

A forte presença da França em todas as esferas da vida desses países e nos vários grupos de pressão, acabava por convencer as elites e as populações de que nada podia ser feito para se libertarem. Este espírito de derrota desempenhou um papel importante na diminuição das capacidades de mobilização das populações, o que pode justificar a falta de adesão às teses que punham em causa o papel e o comportamento da França em África.

O quadro atrás referido teve uma forte influência na organização e no funcionamento das forças de oposição, que sofriam uma repressão feroz com as prisões, os assassinatos e os sequestros. Ao mesmo tempo, estava a ser realizado em França um apurado trabalho de infiltração nas forças de oposição pelos agentes francesas, através de di-

---

[90] Kwame Nkrumah (1909-1972) foi um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi primeiro-ministro, entre 1957 e 1960, e presidente, entre 1960 e 1966, do Gana, e terceiro presidente da Organização da Unidade Africana, depois de Abdel Gamal Nasser do Egipto.

versas chantagens. No interior dos países africanos, o mesmo trabalho de infiltração fazia-se nas universidades, no processo de procura de emprego... Enfraquecida e dependente do domínio financeiro, a oposição perdia a sua credibilidade e não podia apresentar vias para as alternativas políticas válidas.

O início de uma era nova em África, caracterizada pela mudança da configuração das forças no continente e dentro da União Africana, o dinamismo da juventude africana no contexto da globalização numa forte e positiva presença da China no continente.

A influência cada vez maior dos países da África Austral mudou o equilíbrio de forças dentro da União Africana. Angola jogou um papel preponderante e pagou um preço muito caro nesta nova fase do continente, que deu o início a esta nova Era, desencadeada pela vitória na Batalha do Cuíto Cuanavale, que permitiu a independência da Namíbia e a queda do regime do apartheid. África inteira nunca agradecerá o suficiente a Cuba pelas gloriosas páginas de internacionalismo escritas com o sangue cubano em Angola. Cada vez mais, toda a África beneficiará das conquistas económicas e financeiras desta região Austral, que vão mudar e influenciar progressivamente a situação política geral no continente.

FOTOS

Resistência camaronesa

Momo Paul

Militares franceses estudam um mapa antes de um ataque contra tropas da UPC

Cabeças de nacionalistas decapitados pela tropa francesa

Ernest Ouandié, Marthe Moumié e Abel Kingué

Ernest Ouandié no momento do seu processo

14

CONCLUSÃO

Os problemas colocados pelo Contencioso Histórico Franco-Africano são dos mais actuais, sem ofensa para as vozes dissonantes que incitam os povos africanos a deitar para o caixote de lixo a memória dos seus heróis e a comemoração das datas fundadoras da sua História épica de luta pela liberdade e dignidade. Falamos de problemas relativos à soberania política dos nossos países e do direito à autodeterminação dos nossos povos.

Mais de meio século depois das «Independências» da França, os nossos Estados não podem «sobreviver» sem as intervenções militares estrangeiras (República Centro-Africana, Mali, Costa do Marfim, Camarões, etc.).

Mas algo não correu bem durante as ditas Independências! Alguma coisa não está bem hoje!

A História obriga-nos a colocar algumas questões: Como seria a República Centro-Africana actualmente se Barthélemy Boganda não morresse? Quem beneficiou com a sua morte? Que República dos Camarões teríamos hoje se o país não tivesse passado pelo genocídio e pela guerra imposta pela França? Como se teria desenvolvido o Togo se o seu primeiro presidente, Sylvanus Olympio, **não fosse barbaramente assassinado pelos antigos militares franceses dirigidos** por Gnassingbe Eyadema? Como seria o Gabão presentemente se a França tivesse deixado o federalista Jean Hilaire Aubame dirigir o país em vez de Léon Mba, que não queria ouvir falar de independência? Que desenvolvimento teria a África «francófona» hoje sem as algemas do Franco CFA?

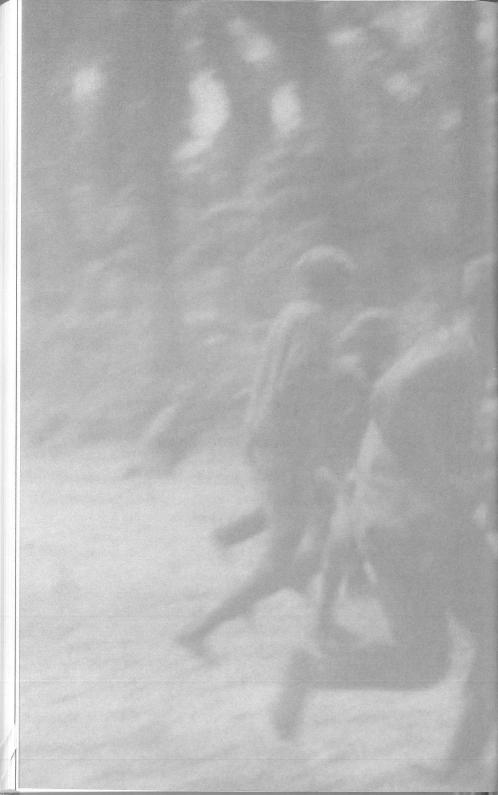
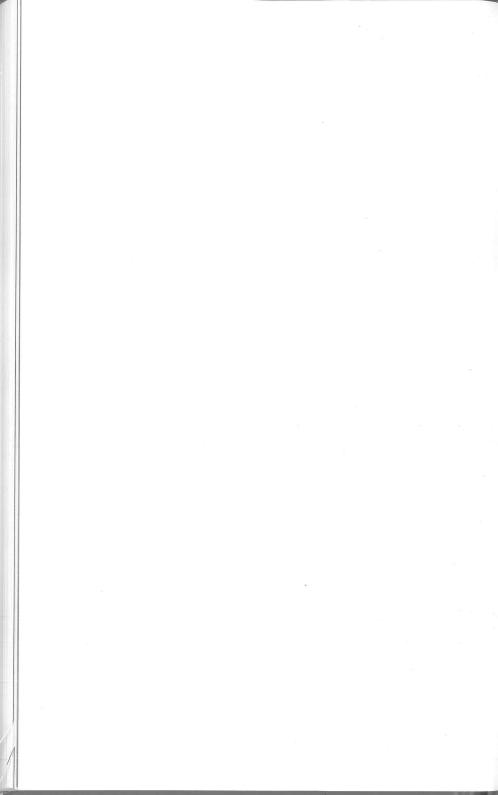
Um olhar para Angola, uma antiga colónia portuguesa que adquiriu a sua independência política, mostra-nos a necessidade que temos de lutar para acabar com a dependência dos nossos países em relação à França.

Enquanto o nosso destino económico se encontra minado pela predominância dos interesses franceses em particular, e ocidentais em geral, Angola criou a sua própria moeda e o seu próprio banco central, e desenvolve a sua própria visão para os operadores económicos que desejam investir no seu território, de acordo com as suas próprias metas de desenvolvimento. Nos nossos países, com a manutenção da zona do franco CFA como moeda, com o controlo dos bancos centrais regionais e com o funcionamento anormal dos bancos nacionais, apesar de haver «excesso de dinheiro artificialmente», não se consegue financiar o investimento, levando os nossos países à ausência de uma burguesia nacional empresarial que se vê substituída por uma burguesia burocrática (dos responsáveis administrativos) e à procura criminosa de recursos essenciais para a construção do bem-estar das populações.

Esta é uma das razões da ausência de uma classe média honesta e trabalhadora, capaz de desenvolver uma indústria local para as suas próprias necessidades de expansão e de enriquecimento saudável, para a criação de um espaço económico para os milhões de braços desempregados nos nossos países, que a ociosidade, a falta de perspectivas e o desespero empurram para fora deles em direcção a um *el dorado* ilusório.

Qualquer solução do Contencioso Histórico Franco-Camaronês implicará necessariamente a participação activa do povo dos Camarões, da França, da Grã-Bretanha, da Alemanha e das Nações Unidas. A Grã-Bretanha jogou um papel determinante na «Kurdistanização» da parte anglófona dos Camarões que acabou por perder território e populações para a Nigéria.

Quanto à Alemanha, os seus vencedores durante a Primeira Guerra Mundial, num acto de «gangsterismo» político, invadiram abusivamente os Camarões ainda considerado por eles como «protectorado» alemão, embora o tratado que a comprometia com os Camarões já tinha caducado em 1916. Mas a Sociedade das Nações, a génese das actuais Nações Unidas, oficializou este «desmando». Foi assim que uma parte dos Camarões se tornou-se Cameroun, a «francófona» e a maior, enquanto que a outra parte ficou transformada em Cameroons, a «anglófona».

Seguiram-se depois vários entendimentos e tratados sobre as fronteiras das novas entidades, nos anos 1916, 1919, 1939 e 1946.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Uma guerra esquecida como aquela que perdurou nos Camarões, durante quinze anos, fez dezenas, muitas dezenas de milhares de mortes.

Ruben Um Nyobe explica claramente que o partido não é nem comunista, nem anticomunista, é nacionalista, que o seu lema é: independência, a reunificação dos dois Camarões, francês e britânico, e a elevação dos padrões de vida, isto é, a justiça social.

Os discursos públicos estigmatizam Ruben Um Nyobe e os seus camaradas como sendo comunistas, subversivos, perigosos, quase terroristas e assim por diante, mas apenas em relatórios secretos, nos relatórios da polícia secreta estão cheios de elogios. Eu podia dar-lhes algumas citações: um homem inteligente, buscando adquirir para si uma cultura superior, dedicando toda a sua actividade para criar muitos sindicatos. Vemos, de facto, um elogio, um elogio a Ruben Um Nyobe nos relatórios secretos...

Por isso, uma percepção muito forte de um perigo sensível... Perigo que estava sobretudo na actuação de Ruben Um Nyobe ao reger-se unicamente pela lei e por isso se considerava especial, pois ele não entrava em conceitos líricos muito amplos, baseando-se antes em artigos da lei, na Carta do Atlântico, na Carta da ONU... Os acordos de tutela de que falámos anteriormente são a lei francesa, o Código Penal, e assim por diante. Ele disse: «Mas, afinal, nós temos o direito no nosso lado.

Pierre Messmer, quando chega na qualidade de Alto Comissário da República Francesa nos Camarões, na realidade realiza eleições em que os únicos candidatos que têm o direito de participar são pessoas

que vão garantir a permanência segura da França. E assim, o único partido e único verdadeiro partido popular nos Camarões que é a UPC, o único que é uma alternativa, é proibido de concorrer.

É muito claro que o único partido que tem alguma popularidade é na verdade a UPC, ele secretamente disse isso, é por isso que os preocupa, e é por isso que eles de facto proíbem a UPC.

De Gaulle está de volta ao poder em Paris quando, em Setembro de 1958, Um Nyobe é assassinado no mato...

Um Nyobe morreu, foi sepultado à sua maneira, pelo deputado Kosciusko-Morizet, depois, na realidade, puseram-lhe um bloco de betão, ninguém ainda recuperou o seu corpo.

Em 1959, após o assassinato de Um Nyobe, e este é um assassinato, encontrámos a documentação sobre isso; há novamente uma dupla linguagem bastante forte, a França decide oferecer, entre aspas, a independência aos Camarões mas, na realidade, não aos Camarões, mas a esta pequena elite de que estávamos a falar antes, esta pequena elite seleccionada pela sua docilidade pró-francesa.

APÊNDICE 2

Pierre Messmer, militar vindo da Indochina e Alto Comissário da França nos Camarões:

«Um Nyobe fazia reinar o terror. E a partir daquele momento, decidi fazer a guerra contra ele e eliminá-lo. Ele recusou (...) a democracia, portanto pôs-se fora da lei, e ele sabia disso. (...) O exército colonial invadiu a floresta. As colunas de soldados avançam, perseguem. O laço está a apertar-se em torno do líder. Levou um ano para o localizar, mas no dia 13 de Setembro de 1958, Ruben Um Nyobe cai sob uma saraivada de metralhadora. O seu corpo foi arrastado por quilómetros. O seu corpo é exposto, os moradores da aldeia são forçados a vir identificar o corpo.»

Marie Njock Nyobe viúva de Um Nyobe:

«(...) No que toca à morte de Nyobe, e da minha própria mãe, cuja garganta foi cortada, naquele dia, com uma faca diante dos meus olhos. E foi degolada uma outra pessoa. Porquê, por que foram degolados? (...) Ao matar o símbolo, a França e Ahidjo pensam ter acabado com a rebelião. (...) De Gaulle vence a guerra de imagem e consegue o que a História recordará como a descolonização pacífica da África Negra. A guerra vai, no entanto, continuar durante dez anos após a independência (...)».

Moukoko Priso, professor e antigo secretário-geral da UPC:

«Este é verdadeiramente o início dos maquis também na parte oeste do país. E desse modo, até 1960 ou assim, a acção militar, em grande parte, desenvolve-se aqui no Oeste. Mas também já está pro-

gramado o assassinato de Moumié, juntamente com o assassinato de Patrice Lumumba. Com certeza isso está relacionado com a Segunda Conferência dos povos africanos, que elege um comité composto por Boumedjel, da Frente de Libertação Nacional da Argélia, Lumumba, Moumié. Portanto, isso significa que, a nível continental, vão acontecer coisas desagradáveis para os círculos coloniais (...) Ao lado do governo camaronês, a França continua a sua estratégia de erradicação.»

Ernest Ouandié, presidente do Comité Revolucionário da UPC, fuzilado na praça pública da cidade Bafoussam, no dia 15 de Janeiro de 1971:

«Nada aconteceu porque não havia homens ali. Esta é uma questão que se pode levantar. Será que é porque não há homens? Se for um caso de negros, bom. O significado do que é chamado a missão civilizadora, o amor da democracia, a liberdade, os direitos humanos, etc...».

APÊNDICE 3

O que podemos e o que devemos esperar da visita de um presidente francês ao nosso país?

Tudo o que faz e tudo o que disse um presidente francês em missão tem basicamente como objectivo defender os interesses do seu país, porque foi eleito para servir a França. Não devemos, portanto, esperar que um presidente francês possa vir aos Camarões para defender os interesses do povo camaronês.

Nós e a nossa juventude é que devemos defender os interesses dos Camarões!

Os verdadeiros patriotas do nosso país deveriam procurar entender por que razão este presidente francês fez o que nenhum dos seus antecessores se atreveu...

Desde o início, com a lição bem estudada, o presidente francês François Hollande tem dado o tom, recordando os laços dolorosos entre os nossos dois países, mesmo antes da famosa pergunta...

O que fez a França para defender os seus próprios interesses no nosso país e na região, sente-se obrigado a reconhecer os crimes cometidos durante a guerra pela reunificação e a independência do nosso país?

O sentimento antifrancês

Não há nenhum sentimento antifrancês nos Camarões! Os camaroneses não têm interesse em odiar a França ou outro país!

Os camaroneses estão agora a mobilizar-se para a solução do

Contencioso Histórico com a França e a Grã-Bretanha!

Os camaroneses estão no seu direito e querem ser os únicos mestres do seu país!

Querem a sua soberania e dizer à França que os Camarões não são a França!

É esta aspiração legítima contra a qual a França se bate há várias décadas, que provoca as reacções naturais dos camaroneses, porque os franceses querem, com seu Franco CFA e etc., fazer dos Camarões uma propriedade sua definitivamente.

E porque os franceses estão a agir contra esta aspiração dos camaroneses, não querendo sair do nosso país (ou optando por permanecer como simples estrangeiros) que os seus cidadãos interpretam estas emoções legítimas patrióticas de camaroneses como um sentimento antifrancês.

A vitória do povo camaronês

A confissão do presidente francês é uma vitória... uma pequena vitória... mas uma vitória, no entanto, uma vez que as grandes vitórias provêm das pequenas!

As vozes surgem em toda parte! Os abutres estão nervosos! Eles evocam o Contencioso Histórico hoje, enquanto ontem era um tabu e politicamente incorrecto.

Surpresos e ultrapassados pela postura do seu chefe que, naturalmente, não pediu aos seus comentários, os lacaios aujoulatistas tentam distrair-nos hoje, minimizando o alcance das declarações do presidente francês, enquanto ainda ontem eles negavam a existência do Contencioso Histórico que designavam de ópio para intelectual... Agora eles sussurram aqui e ali que a França só vai mostrar os arquivos menos comprometedores para evitar o seu arrependimento e

a reparação... eles tentam «tribalizar» o Contencioso Histórico transformando-o num caso Bamileke e Bassa, etc., etc.

O que é importante para nós e que interessa ao povo camaronês é a confissão do presidente francês e todas as consequências daí resultantes: porque houve essa repressão? Porquê todas essas mortes? Porquê todos esses massacres? Quais foram os principais objectivos da França e da Grã-Bretanha na guerra contra as populações camaronesas? Quais foram ontem e quais são hoje as consequências?

Povo heróico e upecismo imortal

O povo camaronês e a sua juventude estão a lutar e a resistir há mais de seis décadas!

O nosso povo não tem lições a receber dos lacaios aujoulatistas, começou a sua luta com armas nos anos cinquenta, não esperou as declarações do presidente da França para falar do Contencioso Histórico e reivindicar as incontornáveis reparações.

Secretário-Geral Adjunto da UPC, já escrevi isso no meu livro *A UPC Frente ao Marasmo Camaronês, o Espírito de Abril para a Salvação*:

«Cedo ou tarde virá o tempo em que a Direcção da UPC e todo o povo camaronês exigirão do governo camaronês e do Estado francês, que finalmente assumam as suas responsabilidades históricas a todos os níveis, do que se passou no nosso país. Porque os Camarões de hoje, a sua condição precária, e o estado actual da UPC, são principalmente o resultado da escolha estratégica de Paris. Isto é a obra colonial e neocolonial francesa. Reconhecer que existe, de facto, um Contencioso Histórico franco-camaronês honraria a França. Uma nação que esquece fatias inteiras da sua História, falsificando, pode sofrer fortemente. Esta França que quer parecer diferente de ontem, 'solidária

com o Sul', 'amiga de África'», etc. Mas que persiste no seu papel de *gendarme* ou de bombeiro incendiário, teria tudo a ganhar, participando na construção de Estados fortes e estáveis no continente... Assumir o passado faz também parte da paz social. Reabilitar pedaços inteiros da História Camaronesa também parte da paz nacional. E nós não esquecemos os benefícios materiais para reconhecer as vítimas individuais e o Estado camaronês representando o seu povo: a França deve também assumir essa responsabilidade em números...a França deve pagar a sua «dívida pela guerra total» contra a União das populações dos Camarões e o povo camaronês em geral. «É por isso que o futuro das relações franco-camaronesas passa pelo reconhecimento e pela solução deste Contencioso Histórico»[91].

O povo camaronês está alerta e não vai deixar-se enganar. Ele não esperou os arquivos da França e não faz deles, portanto, a chave para a solução do Contencioso Histórico, porque já a carrega dentro de si. O nosso povo tem em si os melhores arquivos: sua memória e seu sangue derramado!

A nossa juventude está a organizar e organizar a nossa memória, atravessando o país, aldeia por aldeia, família por família, para reunir todas as informações e os dados importantes!

O desafio actual da unidade nacional

O tempo já não é para divisões. É para a unidade dos patriotas. Devemos, portanto, encorajar a resolução do Cameroon Peoples Party (CPP) para trabalhar na solução do Contencioso colonial.

O MANIDEM (Movimento Africano para a Nova Independência

[91] *A UPC Frente ao Marasmo Camaronês, o Espírito de Abril para a Salvação*, L' Harmattan, 2004, pp. 38-39.

e Democracia) tem a sua palavra a dizer e deverá tomar iniciativas, como o Movimento Umnyobiste.

As forças saudáveis que professam fidelidade à UPC devem ultrapassar o servilismo e os pseudo-radicalismos, se necessário, independentemente dos seus líderes... não nos vai surpreender a exacerbação das diferenças entre os upecistas por causa das manobras do seu chefe, que quer recuperar terreno, o que irá gradualmente fazer cair as máscaras e criará uma maior clareza na salada upecista.

Todas as forças vivas e patrióticas dos partidos políticos do nosso país (UNC, RDPC, o SDF[92]...) devem fazer da solução do Contencioso Histórico uma das suas principais prioridades e preocupações.

Dar-nos oportunidades a nós de criar uma verdadeira dinâmica nacional para reparar as frustrações causadas pelo Contencioso Histórico, especial e principalmente aquelas que fizeram abortar a nossa reunificação e criaram o problema «anglófono».

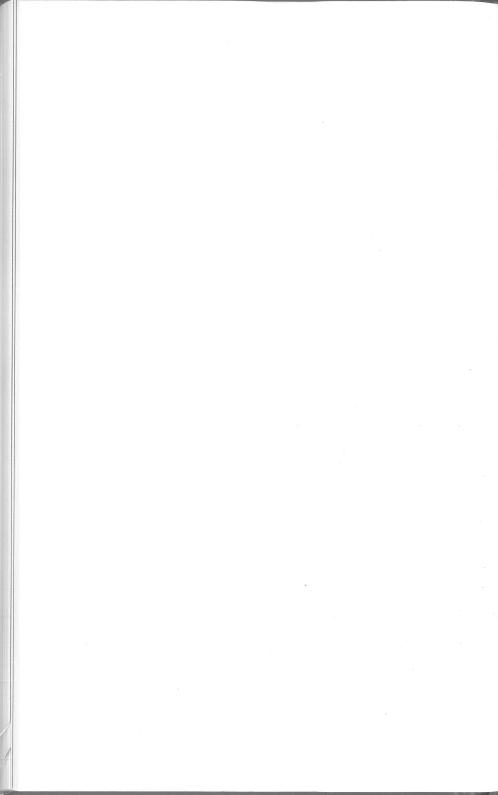
A nossa luta está apenas a começar e entrámos na sua fase delicada, que vai exigir muita firmeza e vigilância. Nada vai ser fácil para nós, mas como a França, finalmente, se sentiu obrigada a reconhecer o Contencioso Histórico, será somente através da nossa forte determinação e dos nossos vários sacrifícios que ela se sentirá obrigada a resolver este Contencioso.

Este é o início da nossa luta pela nossa soberania.

LEVANTA-TE JUVENTUDE CAMARONESA, LEVANTA-TE POVO CAMARONÊS PARA QUE VIVAM OS CAMARÕES!

(artigo publicado depois da visita do presidente francês François Hollande aos Camarões, no dia 3 Julho de 2015)

---

[92] Frente Social Democrática.

APÊNDICE 4

Hiperligações interessantes (em francês)
http://survie.org/billets-d-afrique/2014/233-mars-2014/article/centra-frique-ni-genocide-ni-4637

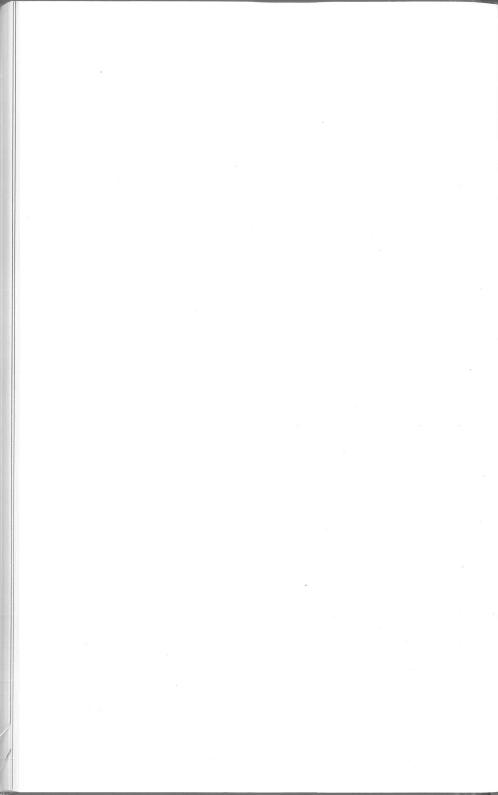
http://afriqueindependance.wordpress.com/2010/04/05/position-de--lu-p-c-vis-a-vis-de-lindependance-du-kamerun

Moumié
www.youtube.com/watch?v=NcZtl_Z7F_I

Guerre en pays Bamiléké
www.youtube.com/watch?v=LRdl4kI071c

Douala Manga Bell
www.youtube.com/watch?v=A-l6kPb2jfM

Indépendance
www.youtube.com/watch?v=ZkGaiQ1A5kY
www.youtube.com/watch?v=AB69vkTeBTA

Um
www.youtube.com/watch?v=ZkGaiQ1A5kY

O AUTOR

Daniel Yagnye Tom é médico neurologista de profissão. Militante da União das Populações dos Camarões (UPC) desde 1977, sendo actualmente coordenador-geral da Dinâmica Sankofa, para a Mudança nos Camarões e a Reestruturação da UPC. Foi representante especial desta União na Europa de Leste de 1982 a 1986 e também na África Central e Austral, a partir de 1986. Membro do Bureau Político da UPC desde 1991, foi eleito secretário-geral adjunto em 2004.

Autor de *A UPC Frente ao Marasmo Camaronês, o Espírito de Abril para a Salvação*, editado pela L' Harmattan, em 2004, e de *Meio Século das Independências Armadilhadas, os Casos dos Camarões e do Congo Democrático*, igualmente pela L' Harmattan, em 2009. Reside em Luanda desde 1986.

COLECÇÕES

MAYAMBA KUNYONGA Significa, em Côkwe, pensar. É a colecção destinada a publicar textos da área das Ciências Sociais e Humanas.

MAYAMBA BIBLIOTECA DA HISTÓRIA Textos de ensaio na área da História.

MAYAMBA BIBLIOTECA DA SAÚDE Obras na área da pesquisa das Ciências Médicas e afins, fazem parte desta colecção.

MAYAMBA BIBLIOTECA DA AGRICULTURA Colecção dedicada às Ciências Agrárias e áreas conexas.

MAYAMBA DIREITO Obras das áreas das Ciências Jurídicas e do Direito enquanto tal.

MAYAMBA ECONOMIA Colecção destinada a publicar textos da área das Ciências Económicas.

MAYAMBA BILINGUE Colecção em que se inserem textos bilingues. Visa incentivar a produção de livros em línguas angolanas, com vista a sua valorização, uso e promoção.

MAYAMBA DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS Colecção em que são publicados dicionários e enciclopédias.

MAYAMBA ESCOLAR/EDUCAÇÃO Colecção disponível para acolher manuais escolares, livros científicos de diversa natureza e textos complementares de apoio ao Ensino Geral e Universitário.

MAYAMBA NZADI Textos de ficção narrativa, incluindo a crónica, a poesia e o texto dramático. Nzadi significa rio em Kikongo: traduz a corrente e a torrente imparável do imaginário e da criatividade humana e, em particular, a angolana.

MAYAMBA OMÕLA-UMALEHE Livros infanto-juvenis. Omõla e Umalehe são termos da língua Umbundu, que significam criança e jovem.

"O texto que tenho o grande e sincero prazer de «apresentar» é uma pequena obra, pelo número de páginas, mas extremamente densa e rica em conteúdo, pois aborda, toca e sensibiliza para um complexo leque de temas e debates, que sempre estiveram, e ainda estão, em destaque na Historiografia africana. Com a sua iniciativa e consequente abordagem, Daniel Yagnye Tom contribuiu certamente para o advento de uma nova Era entre (ex) colonizadores e (ex)colonizados."

Professor Boubacar Namory Keita
In 1º Prefácio

"Além de nos ajudar a compreender o contencioso histórico que opõe a França, a antiga potência colonial, aos Camarões, apresentado como um Estado vassalo do primeiro – porque nascido de uma descolonização falhada propositadamente, de que a França é a principal responsável –, dá-nos a conhecer sobre diversos acontecimentos que moldaram o passado e influenciam o presente e o futuro político, económico, social e cultural das ex-colónias francesas tais como: o Benim (antigo Dahomey), o Congo, o Mali (antigo Sudão Francês), o Níger, o Senegal, o Togo.
O livro do Dr. Daniel Yagnye Tom, ainda que agora seja do público, faz parte do nosso acervo, reunindo matérias que não podem deixar de entusiasmar e, ao mesmo tempo, preocupar os que se interessam pelo passado-futuro e o futuro-presente dos países e continente africanos. Com a sua publicação na Colecção Biblioteca da História, a Mayamba Editora cumpre um dever patriótico cardeal: valorizar a criatividade imaginativa e abrir o debate. A sua leitura é um prazer. Que muitos sejam os que o leiam. E que dele derivem as implicações que as propostas do autor suscitam. É pela via do contraditório que equilíbrios e responsabilidades presentes se encontram."

Miguel Domingos Bembe
In 2º Prefácio

"O Contencioso Histórico é, a par de reivindicações de ordem económica e social, o termómetro que nos permite avaliar o patriotismo dos políticos nos Camarões."

O autor
In Apresentação

O Contencioso Histórico trata, de um modo geral, duma das principais raízes do "mal da África francófona»; a descolonização francesa, os assassinatos e massacres com vista à criação de Estados marionetes sob influência francesa.
O autor apresenta em particular o profundo Contencioso Histórico entre a França e os Camarões, iniciado com os massacres do mês de Maio de 1955, seguido da proibição da União das Populações dos Camarões (UPC), o principal partido independentista, dos massacres dos principais dirigentes do partido e do genocídio em Sanaga-Maritime e na região Bamileke.

ISBN 978-989-761-078-3

9 789897 610783